

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Thayse Jacques da Silva

**DA ACULTURAÇÃO À FRICÇÃO:
O INÍCIO DA TRAJETÓRIA ACADÊMICA DE SÍLVIO
COELHO DOS SANTOS E A EMERGÊNCIA DA ETNOLOGIA
INDÍGENA NO SUL DO BRASIL**

FLORIANÓPOLIS
2015

Thayse Jacques da Silva

**DA ACULTURAÇÃO À FRICÇÃO:
O INÍCIO DA TRAJETÓRIA ACADÊMICA DE SÍLVIO
COELHO DOS SANTOS E A EMERGÊNCIA DA ETNOLOGIA
INDÍGENA NO SUL DO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido à Comissão Examinadora e
ao Curso de Graduação em Ciências
Sociais da Universidade Federal de
Santa Catarina para a obtenção do
Grau de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Professora. Dra. Edviges
Marta Ioris.

FLORIANÓPOLIS
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

da Silva, Thayse Jacques

Da Aculturação à Fricção: : O início da trajetória acadêmica de Silvio Coelho dos Santos e a emergência da Etnologia Indígena no sul do Brasil. / Thayse Jacques da Silva ; orientadora, Edviges Marta Ioris - Florianópolis, SC, 2015.
71 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em Ciências Sociais.

Inclui referências

1. Ciências Sociais. 2. Etnologia Indígena. 3.
Antropologia Brasileira. 4. Trajetória . I. Ioris, Edviges
Marta. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

Thayse Jacques da Silva

**DA ACULTURAÇÃO À FRICÇÃO:
O INÍCIO DA TRAJETÓRIA ACADÊMICA DE SÍLVIO
COELHO DOS SANTOS E A EMERGÊNCIA DA ETNOLOGIA
INDÍGENA NO SUL DO BRASIL**

Este trabalho de conclusão de curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais e aprovado em sua forma final pela Comissão examinadora e pelo Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 09 de março de 2015.

Professor Dr. Jeremy Paul Jean Loup Deturche
Coordenador do Curso de Ciências Sociais

Banca Examinadora:

Professora Dra. Edviges Marta Ioris (Orientadora)
Universidade Federal de Santa Catarina

Professora Dra. Letícia Borges Nedel
Universidade Federal de Santa Catarina

Professora Dra. Miriam Pillar Grossi
Universidade Federal de Santa Catarina

Professor Dr. Rafael Victorino Devos
Universidade Federal de Santa Catarina

Aos meus pais Edna e Sandro, por
todo apoio!

AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de agradecer minha família por todo suporte que me deram ao decorrer destes anos. Sem vocês, eu jamais teria chegado até aqui. Agradeço a meu pai, Sandro, sempre atento às minhas necessidades durante toda a graduação, minha mãe, Edna, que esteve ao meu lado em todos os momentos, apoiando, incentivando e ajudando em tudo o que estava ao seu alcance, minha irmã, Bruna, que sempre acreditou em mim e a minha vó, Marli, que com todo seu amor, apoiou-me em todos os momentos de minha vida. Sou grata, também, a meu namorado Eamon McFadyen, por todo o incentivo e suporte que me deu, mesmo de longe.

Agradeço minha orientadora Edviges Marta Ioris por sua parceria, seu apoio, seus ensinamentos e preocupações durante os três anos que fui bolsista do NEPI. Sou grata, também, por toda sua atenção na escrita desta monografia. Obrigada por me incentivar, inspirar e acreditar no meu trabalho.

Não posso deixar de agradecer, também, aos/as queridos/as amigos e amigas que fiz no NEPI. Sou grata por todos os momentos que passamos juntos, dentro e fora do Núcleo, conviver com vocês foi uma experiência maravilhosa de crescimento pessoal e intelectual. Agradeço, também, as minhas grandes amigas do curso de ciências sociais. Obrigada pela amizade e pela parceria, acredito que os vínculos que criamos durante o curso serão duradouros. Sou grata, também, a todos os meus colegas da turma de 2010.2, aos muitos que mudaram de rumo durante a caminhada, mas que deixaram marcas nesta trajetória.

Aos/as professores/as que compõem esta banca, agradeço de maneira muito especial, pois vocês fizeram parte de minha trajetória dentro do NEPI, contribuindo, através das atividades do AVISC, dos grupos de estudo e de suas considerações na qualificação de meu projeto para o processo de amadurecimento desta proposta de pesquisa. Agradeço, também, aos professores de Antropologia e de Ciências Sociais, por todos os seus ensinamentos. À professora Maria José Reis, por toda a sua atenção, e entusiasmo em contribuir para esta pesquisa.

Por fim, agradeço ao CNPQ e ao Instituto Nacional de Pesquisas Brasil Plural por dois anos de bolsa de iniciação científica me permitindo a concretização desta pesquisa. Ao NEPI, onde tive meus seminários de formação, realizei minhas atividades como bolsista, tive orientações, momentos de descontração e onde fiz meu trabalho de campo. À Universidade Federal de Santa Catarina pela estrutura física e

o ensino de excelência do qual pude ter acesso nestes quatro anos e meio de graduação.

Enfim, agradeço a todos e a todas que de forma direta ou indireta contribuíram para a concretização deste trabalho. Obrigada por tudo!

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso discorrerá sobre o início da trajetória acadêmica de Sílvio Coelho dos Santos e a emergência da Etnologia no Sul do Brasil. Neste sentido, procura estabelecer um intenso diálogo a níveis teóricos e institucionais com as características formativas da Antropologia Brasileira na década de 1960, período que se dá a inserção de Sílvio Coelho na Etnologia. A partir deste diálogo foi possível compreender as condições e as características de formação do campo da Etnologia Indígena no sul do Brasil, frente a um contexto que se acreditava não existir mais indígenas na região, especialmente as populações Jê. A razão desta crença estava nas ínfimas pesquisas que existiam sobre os Jê meridionais que apontavam para seu inevitável desaparecimento. Nestas circunstâncias, as pesquisas iniciadas por Sílvio Coelho dos Santos, através dos aportes teóricos emergentes na antropologia brasileira, permitiram a visibilização destas populações e o apontamento para um destino diferente daquele previsto pelas (poucas) pesquisas anteriores: a continuidade das populações indígenas no sul do Brasil.

Palavras-chave: Etnologia Indígena. Trajetória. Campo. Antropologia Brasileira. Jê meridionais.

ABSTRACT

This monograph will analyze the beginning of the academic career of Silvio Coelho dos Santos and the emergence of Ethnology in southern Brazil. In doing so, it seeks to establish an intensive dialogue with theoretical and institutional levels with the formative characteristics of the Brazilian Anthropology in the 1960s, a period in which the insertion of Silvio Coelho in Ethnology takes place. Through this dialogue, it was possible to understand the conditions and forming characteristics of the field of Indigenous Ethnology in southern Brazil, facing a context that people believed Indians in the region had become extinct, especially the Gê populations. The cause of this belief was the tiny amount of research that existed on the southern Gê pointed to its inevitable disappearance. In these circumstances, the research initiated by Silvio Coelho dos Santos, through the emerging theoretical contributions in the Brazilian anthropology, allowed the visualization of these populations. This research also pointed to a destiny other than that provided by the few amount of previous research: the continuity of indigenous peoples in southern Brazil.

Keywords: Indigenous Ethnology. Trajectory. Field. Brazilian Anthropology. Southern Gê.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Inserção no campo	17
1.2 Inserção de SCS na etnologia indígena	20
1.3 Foco de estudo	24
1.4 Referencial teórico	26
1.5 Referencial teórico de antropologia brasileira	28
1.6 Metodologia de pesquisa	29
1.7 Organização do trabalho	30
2 CAPÍTULO I – A ANTROPOLOGIA FEITA EM CASA: DA ACULTURAÇÃO À FRICÇÃO INTERÉTNICA	33
2.1 A origem dos estudos de aculturação	33
2.2 Da aculturação à fricção interétnica: os movimentos teóricos e conceituais no Brasil	40
2.2.1 O corte epistemológico e o início dos estudos do contato no Brasil.....	40
2.2.2 Charles Wagley e Eduardo Galvão: aculturação e assimilação....	45
2.2.3 Darcy Ribeiro e a transfiguração étnica.....	48
2.2.4 Roberto Cardoso de Oliveira e a fricção interétnica.....	49
3 CAPÍTULO II – SÍLVIO COELHO E O INÍCIO DE SUA OBRA: TENSÕES, INFLUÊNCIAS TEÓRICAS E EMERGÊNCIA DA ETNOLOGIA INDÍGENA NO SUL DO BRASIL	53
3.1 Trajetória de Silvio Coelho dos Santos – UFSC	53
3.2 Da especialização ao doutorado	55
3.2.1 O retorno à UFSC.....	59
3.2.2 O doutorado.....	63
3.3 A antropologia “at home” e o engajamento político de Silvio Coelho com as populações indígenas	66
3.3.1 O engajamento político e os deslocamentos conceituais.....	67
3.3.2 O comprometimento da produção etnológica de SCS.....	69
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75

1 INTRODUÇÃO

1.1 Inserção no campo

Este trabalho brota de meu interesse pela antropologia, bem como dos trabalhos realizados junto ao Núcleo de Estudos de Populações Indígenas (NEPI) durante o período em que fui bolsista de iniciação científica, orientada pela professora Edviges Marta Ioris.

Iniciei minha graduação em Ciências Sociais em 2010, e no primeiro semestre de 2011 fui monitora da disciplina de *Introdução à Antropologia*, ministrada pelo Prof. Jeremy Deturche do Departamento de Antropologia. O acompanhamento como monitora me despertou interesse pela disciplina.

No semestre seguinte, cursando a disciplina de Teoria Antropológica II, ministrada pela Professora Dra. Edviges Marta Ioris, tive uma aproximação ainda maior com a disciplina. Em uma conversa informal, ao término de uma de suas aulas, comentei com a professora a respeito de meu interesse nesta área e ela me falou das atividades do NEPI, que coordena desde 2011, e me convidou e a conhecer o Núcleo.

Ao me inserir ao NEPI, entrei em contato com as discussões sobre populações indígenas que eram conduzidas, principalmente, através dos seminários de formação do Núcleo. Estes seminários acontecem todas as segundas-feiras, quando se abordam temas relacionados às linhas de pesquisas desenvolvidas pelos/as pesquisadores/as do Núcleo. Esses encontros me possibilitaram amplo conhecimento sobre pesquisas e estudos relativos à etnologia indígena, e sobre os projetos dos/as pesquisadores/as do NEPI.

Além dos seminários de formação do NEPI, a Professora Edviges Ioris coordenava, também, dois projetos de pesquisa, um deles relativo a reafirmação étnica e territorial na Amazônia, e outro sobre o acervo de pesquisa do professor Sílvio Coelho dos Santos (SCS), fundador do NEPI, falecido em 2008. Sílvio Coelho dos Santos foi professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e um dos primeiros antropólogos de Santa Catarina, tendo iniciado seus estudos e pesquisas com grupos indígenas do sul já na década de 1960.

O acervo do professor Sílvio Coelho dos Santos, fruto de uma trajetória de trabalho de mais de quarenta anos de atividades, congrega um conjunto de materiais de pesquisa como livros, coleções, monografias, dissertações, teses, documentos, livros, publicações, materiais didáticos, levantamento de campo, fotografias, entre outros

que se encontram nas estantes e arquivos da sala do NEPI, localizada no prédio do CFH, número 313. Entretanto, esse conjunto de materiais de pesquisa representa apenas parte do acervo, pois há ainda uma parte sob a tutela da família de Sílvio Coelho dos Santos¹, e outra no espaço do MARquE (Museu de Arqueologia e Etnologia) da UFSC.

O projeto em desenvolvimento no NEPI sobre o acervo de Sílvio Coelho dos Santos é resultado das preocupações das professoras Antonella Tassinari, Edviges Ioris e Maria José Reis em relação ao destino a ser dado ao conjunto de materiais deixado pelo professor no espaço do Núcleo. A preocupação dessas professoras, que deram continuidade aos trabalhos do NEPI após a morte do professor Sílvio Coelho, era no sentido de viabilizar a devolução desse material de pesquisa às populações indígenas por ele estudadas. Foi a partir dessas preocupações que foi concebido o *Acervo Virtual Sílvio Coelho dos Santos* (AVISC), elaborado com o objetivo de organizar, sistematizar e disponibilizar esse material de pesquisa que se encontra no espaço do NEPI. A sua disponibilização seria feita através de meios digitais, cujos trabalhos ficaram sob a coordenação geral da professora Edviges Ioris.

As primeiras atividades do AVISC concentraram-se na identificação, seleção, e sistematização do material, e em seguida, no seu processo de digitalização. Um primeiro esforço, neste sentido, foi realizado pelo Prof. Dr. Marcos Alexandre Albuquerque dos Santos, então pesquisador pós-doutorado no PPGAS² vinculado ao NEPI que chegou a digitalizar os arquivos referentes às atividades de Sílvio Coelho dos Santos na ABA (Associação Brasileira de Antropologia), da qual foi presidente de 1992 a 1994. Em 2012, entretanto, o pesquisador foi aprovado em um concurso na UERJ³ o que o impediu de dar continuidade a estes trabalhos.

Neste mesmo período (2012) a aluna do PPGAS Nádia Phillipsen defendeu sua dissertação de mestrado acerca do material fotográfico do AVISC, orientada pelo Prof. Dr. Rafael Devos, que coordenava o setor de fotografias do projeto e que contava também com a participação da estudante do curso de Museologia da UFSC, Juliana Zikan.

¹ Recentemente o material que estava sob tutela da família de Sílvio Coelho dos Santos foi doado ao NEPI. Entretanto, não tive tempo hábil para examiná-lo cuidadosamente visto que sua doação foi realizada no fim do ano letivo de 2014.

² Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

³ Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Com a ampliação das atividades do AVISC fui convidada a participar do projeto, através do qual obtive uma bolsa de iniciação científica (PIBIC/CNPQ/IBP-UFSC), em 2012, abrindo-me a possibilidade de primeira inserção em um projeto de pesquisa, cuja participação motivou-me a trazer essa experiência para a elaboração de meu TCC.

Meu trabalho no AVISC durante meu primeiro ano como bolsista (2012) estava relacionado à continuidade das descrições, levantamentos e a digitalização de documentos constantes nos arquivos de Professor Sílvio Coelho dos Santos. No ano seguinte, em 2013, tivemos a incorporação de uma bolsista de iniciação científica, graduanda em Antropologia, Camila Hobartiuk, que ajudou na condução desses trabalhos.

Assim, durante este período, meu trabalho foi abrir as pastas que se encontram nos arquivos de metal e fazer a identificação dos documentos que se encontravam em cada gaveta de armazenamento. A primeira impressão foi caótica. Tive dificuldade para realizar o levantamento, pois era difícil encontrar uma lógica de organização e não havia nenhum material indicativo quando ao conteúdo, nem contato com as pessoas que organizaram o arquivo. Entretanto após um longo período trabalhando com estes arquivos consegui compreender, minimamente, o modo em que foram organizadas através das pastas que separavam o conteúdo dos arquivos por temas.

Após a identificação dos documentos, eles foram digitalizados e disponibilizados em ambiente digital, buscando reproduzir o mais próximo possível a maneira que se encontravam no espaço físico, onde cada documento está separado por temas em suas respectivas pastas.

Estas pastas, que guardam parte do acervo, estão disponíveis em seis arquivos de metal, possuindo quatro gavetas em cada um deles, dispostos um ao lado do outro. O primeiro destes arquivos contém informativos e reportagens acerca das populações indígenas no sul do Brasil, a maioria oriundos de jornais locais. O segundo é composto de textos e programas de disciplinas que Sílvio Coelho dos Santos ministrou durante sua trajetória como professor. Os outros dois arquivos são compostos por fotografias que representam parte de seu material etnográfico, resultado de seus trabalhos de campo juntos aos indígenas do sul do Brasil. Já os últimos que manuseei estão separados em pastas dentro das gavetas e, são compostos de materiais relativos às instituições financiadoras das pesquisas, e por fim, os arquivos agora digitalizados, que são projetos de pesquisa, cartas, documentos e diários.

Entretanto, o acervo possui um volume maior de materiais, sendo

que os arquivos de metal representam apenas a parte em que trabalhei durante as atividades do AVISC. Além destes arquivos de metais, o acervo está distribuído por cinco estantes, cada uma com seis prateleiras onde estão dispostos materiais diversos: as duas primeiras estantes armazenam teses, dissertações e monografias, classificadas de acordo com o tema e com o nome dos/as autores/as. A primeira prateleira que compõe estas estantes também dispõe materiais relativos ao projeto barragens, além de laudos antropológicos, as duas outras estantes são compostas de periódicos, revistas, boletins, informes e relatórios da ABA e do Museu Nacional separados de acordo com o título e ano. E, por fim, a última estante que contém publicações separadas por grandes temas, como hidrelétricas e populações locais, concentrados na primeira prateleira; e na segunda prateleira, publicações etiquetadas como índios e direito e populações indígenas no Brasil, na terceira, publicações específicas das etnias do sul: Xokleng, Kaingang, Guarani; e nas prateleiras finais se encontram os materiais referentes à educação indígena, bem como sobre a História de Santa Catarina.

Ao mesmo tempo em que conduzíamos este trabalho junto aos arquivos, eram realizados também grupos de estudos orientados pela professora Edviges Ioris. Um deles versou sobre a obra e a trajetória acadêmica de Sílvio Coelho dos Santos na antropologia. As leituras e discussões realizadas neste grupo permitiram uma identificação inicial de quatro principais eixos de pesquisa que o antropólogo desenvolveu: a etnologia indígena, os grandes projetos e impactos socioambientais sobre as populações locais, antropologia e direito, e uma última relativa à memória e história da antropologia no sul do Brasil. Além de professor e pesquisador, SCS também teve uma importante atuação política em defesa dos direitos indígenas e na Associação Brasileira de Antropologia (ABA) que foi presidente durante os anos de 1992 a 1994.

1.2 Inserção de SCS na etnologia indígena

O eixo de pesquisa que remete a etnologia indígena aponta para o início da trajetória acadêmica de SCS, a qual teve início logo após a conclusão de sua graduação em História em 1962 na qual foi orientado pelo Professor Osvaldo Rodrigues Cabral na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, atualmente, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. No ano seguinte, em 1963, SCS, foi realizar o “Curso de especialização em Antropologia Cultural”, recém-criado por Roberto Cardoso de Oliveira (RCO) no Museu Nacional (UFRJ). Durante este curso o professor iniciou os estudos de

etnologia indígena e acompanhou RCO em seu trabalho de campo com os Ticuna, na Amazônia. Esse curso foi um dos primeiros cursos de especialização em antropologia no Brasil o qual deu origem, tempos depois, ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ.

Durante aquele curso de especialização, o professor SCS elaborou e conduziu o projeto intitulado “Os grupos Jê em Santa Catarina” (1963), que serviu de base para a pesquisa que viria desenvolver em seu doutorado na USP, sob a orientação de João Baptista Borges. Sua tese - “Índios e Brancos no Sul do Brasil: A dramática experiência dos Xokleng” – realizada entre os anos de 1968 e 1972, e publicada em forma de livro em 1973, representa uma bibliografia básica a quem deseja estudar os índios do sul do país.

Assim, o início da trajetória de Sílvio Coelho dos Santos está diretamente ligado a um dos primeiros momentos da conformação da antropologia no Brasil, com as elementares iniciativas de cursos de especialização dentro de Museus. No acervo de SCS é possível perceber diversos documentos relacionados aos passos iniciais desta trajetória como antropólogo, que dialoga com a formação da antropologia brasileira. Esses documentos registram parte de seus procedimentos de pesquisas, e também me permitiram identificar muitas das discussões teóricas que permeavam o campo da antropologia brasileira naquele momento, especialmente da etnologia indígena.

O olhar para os documentos e materiais que compõem o acervo SCS permite conhecer o trabalho desenvolvido pelo antropólogo, bem como pensar as condições e conexões que possibilitaram o desenvolvimento da etnologia indígena no sul do país. A inserção no AVISC, desde o trabalho com o acervo até os grupos de estudos, foi o que me possibilitou o conhecimento da trajetória de Sílvio Coelho e de sua importância para pensar o campo de conhecimento antropológico.

Sendo assim, as possibilidades que brotaram ao trabalhar no AVISC, bem como as discussões realizadas em grupos, estudos promovidos pela Professora Edviges Ioris nos anos de 2012 e 2013, que contaram com a participação da Professora Letícia Borges Nedel⁴, viabilizaram-me olhar para os arquivos como processos de construção da produção antropológica, indicando a possibilidade de tratar os arquivos pessoais, como o do professor Sílvio Coelho, não meramente como fonte de informação, mas também como objeto de pesquisa, e

⁴ Professora adjunta do departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

assim compreender também os bastidores, as intencionalidades e os contextos propiciatórios deste conhecimento produzido.

Desta maneira, o objetivo inicial deste trabalho era o de pensar a constituição dos arquivos particulares de pesquisa de antropólogos (ou outros profissionais) como campo privilegiado de investigação da conformação do desenvolvimento do conhecimento científico. Esta abordagem, que teve contato através do AVISC, se fundamenta em um “novo” tipo de relação dos/as antropólogos/as com os arquivos pessoais e está baseada numa preocupação em comum: a partir de Foucault (1986), conceber os conhecimentos que compõem os arquivos como um sistema de enunciados, verdades parciais, interpretações históricas e culturalmente constituídas – sujeitas à leitura e novas interpretações (CUNHA, 2005; HEYMANN, 2006; NEDEL, 2011). Essa perspectiva é extremamente relevante para o campo do conhecimento antropológico, da qual alguns trabalhos vêm sendo desenvolvidos mais recentemente.

Um dos trabalhos que vem sendo realizados no Brasil neste sentido é o da antropóloga do Museu Nacional (UFRJ) Olivia Gomes da Cunha (2006), que se empenhou em realizar uma etnografia na coleção etnográfica da antropóloga estadunidense Ruth Landes⁵ (1908-1991), a qual é mantida pelo *National Anthropological Archives (Smithsonian Institution)*⁶. A pesquisa sobre seu acervo buscou compreender a formação dos estudos afro-americanos nos Estados Unidos. Outro trabalho realizado dentro desta abordagem é o de Luciana Heymann (2006) antropóloga e pesquisadora do CPDOC⁷, que por sua vez, investigou o arquivo pessoal de Darcy Ribeiro, trazendo, também, importantes contribuições para produção de etnografias dos (nos arquivos).

As reflexões de Cunha (2005) e Heymann (2006) sugerem que as motivações e as dinâmicas presentes no arquivo podem ser identificadas através de etnografias que busquem os contextos de acumulação e a compreensão de significados presentes no arquivo. Para Heymann

⁵ Ruth Landes, etnóloga estadunidense da Universidade de Columbia, veio ao Brasil em 1938, onde deu início aos seus estudos sobre as relações raciais no Candomblé. Em 1947, publicou o seu livro *City of Women* (Cidade das Mulheres), sua obra mais conhecida.

⁶ O *National Anthropological Archives* é um programa de coleta e preservação de materiais históricos, antropológicos e contemporâneos que documentam as culturas do mundo e da história da antropologia.

⁷ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).

(2006), a realização de etnografia do/no arquivo caracteriza-se como uma espécie de “recuperação” da história; já para Cunha (2005) conforma-se como o lugar onde a história não é contada, mas contestada, sendo o arquivo, o campo de interesse para uma compreensão crítica acerca das formas de produzir histórias da disciplina (CUNHA, 2005, p. 291).

Esta abordagem etnográfica dos arquivos permite que a concepção do “arquivo” como objeto de estudo antropológico, possibilitando a investigação de diferentes domínios identificados em arquivos de natureza pessoal que em geral não são visuais nas publicações, mas que foram fundamentais para a sua produção. Deste modo, os arquivos pessoais de pesquisadores nos fornecem a possibilidade de desvendamento dos meios e as condições em que a obra de um autor foi produzida.

Assim, em um primeiro momento elegi esta abordagem para realizar meu trabalho de conclusão de curso através do arquivo de SCS a fim de compreender os processos e condições de conformação da etnologia indígena no sul do Brasil. Entretanto, durante a pesquisa se colocaram alguns impasses e obstáculos para execução desta proposta inicial. O primeiro, e mais importante deles foi a impossibilidade de realização de uma pesquisa deste porte no tempo que dispunha.

Considerar um arquivo pessoal como objeto de pesquisa exige tempo hábil para que se conheça todo o material que compõe este arquivo. A composição do acervo de Sílvio Coelho dos Santos é extensa e se encontra, atualmente, em dois espaços: Museu (MARquE) e NEPI, sendo que a parte que se encontrava aos cuidados da família do professor doada ao Núcleo no término de minhas atividades como bolsista de iniciação científica.

A realização de uma pesquisa da dimensão proposta por Cunha (2005) e Heymann (2006) exige o conhecimento do acervo como um todo, além dos atores responsáveis pela organização e manutenção do arquivo, o que não foi possível durante o período em que desenvolvia minhas atividades no NEPI. No tempo que dispunha não poderia compreender de maneira adequada estes elementos, especialmente por se tratar de um TCC.

Como já mencionado anteriormente, o material que trabalhei no AVISC corresponde apenas a uma parte dos arquivos disponíveis no NEPI, o que não me impediu, entretanto, de consultar e conhecer todo o acervo de SCS (exceto a parte que se encontrava na residência do professor).

O conhecimento deste material e da obra SCS já foi suficiente para me motivar a realizar este estudo e a perceber sua importância para a história da antropologia brasileira, e mais precisamente para a etnologia indígena no sul do país. Desde o primeiro contato que tive com o acervo um aspecto me chamou a atenção ao conhecer os trabalhos de SCS: o comprometimento do pesquisador para com as populações estudadas. Percebi, também, através da leitura do livro “*Índios e Brancos no sul do Brasil*” (1973), sobre os Xokleng-Laklãnô o caráter inovador de suas pesquisas frente aquele contexto dos anos 1960, quando se acreditava não existir índios no sul do Brasil.

Estes aspectos identificados a partir de minhas atividades no AVISC abriram-me a possibilidade de trabalhar não apenas com a perspectiva que trata os arquivos como fonte de estudo, mas também de olhar para a trajetória de Sílvio Coelho dos Santos a partir do arquivo, especialmente aquele que se encontra no NEPI. Neste caso, o arquivo se constitui como motivador para conhecer mais detalhadamente um momento específico da trajetória de SCS: aquela inicial de seus estudos.

1.3 Foco de estudo

Na introdução de seu livro, SCS chama atenção para a invisibilização dos indígenas da região sul na década de 1960, destacando a surpresa das pessoas quando falava da existência de índios no sul do Brasil. Na mesma direção, a edição 10 da Revista ILHA⁸ de 2009, em homenagem a Sílvio Coelho dos Santos, encontra-se a declaração de David-Maybury-Lewis de seu livro *Dialectical Societies*⁹, na qual o pesquisador britânico, então coordenador do Harvard Central Project (HCBP), desenvolvido em parceria com o Museu Nacional (RJ) e a Universidade de Harvard em 1960, afirmou que excluiu os Jê meridionais do projeto por crer que já estavam extintos, conforme apontavam as (poucas) pesquisas anteriores acerca dos grupos Kaingang e Xokleng no sul do Brasil.

The Southern Gê are even farther afield. They live in the state of Santa Catarina about eight hundred miles south of Brasilia (...) Indeed we did not

⁸ Revista de Antropologia do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

⁹ Este livro apresenta os resultados do Harvard Central *Brazil Project*. O HCBP objetivou o estudo das populações Jê do Brasil Central.

include them in our original research plan because we thought, erroneously, I am happy to say, that they had died out or at least that their way of life was extinct. Recent research by Sílvio Coelho dos Santos (1973) and Gregory Urban (1978) has shown however that the Kaingang and the Shokleng are still living in recognizable Gê style (MAYBURY-LEWIS, 1979, p. 6).

Assim, nesta declaração, Maybury-Lewis não apenas justificou a exclusão dos grupos Jê do sul do HCBP, mas também reconheceu o pioneirismo da etnologia indígena de SCS no sul do país. Como destacou, foi somente com as pesquisas iniciadas pelo professor Sílvio Coelho dos Santos (1973) e, posteriormente a de Gregory Urban (1978), que mostraram que estes grupos ainda viviam de acordo com seu modo Jê de organização¹⁰.

Antes das pesquisas de Sílvio Coelho sobre os Jê do sul o único registro de uma etnografia que havia era a de Jules Henry¹¹ intitulada “*Jungle People: A Kaingang tribe of the highlands of Brazil*”¹² e publicada em 1941¹³. Sobre os demais grupos, Kaingang ou Guarani, encontram-se apenas os trabalhos de Curt Nimuendaju (1913), Hebert Baldus (1933) e Egon Shaden (1945). Estas fontes, contudo, tratam-se de trabalhos isolados, não etnografias completas dos grupos.

Deste modo, é possível afirmar que os primeiros esforços de criação de uma área de estudo sobre as populações indígenas do sul do Brasil foram realizados por Sílvio Coelho dos Santos, iniciando com o projeto “*Os grupos Jê em Santa Catarina*” em 1963 e posteriormente com sua tese de doutorado, publicada em forma de livro em 1973

¹⁰ É neste período (década de 1960) que se dá a formação de duas linhas de pesquisa dentro do Museu Nacional (RJ). Uma lançada por RCO com o projeto “*Estudos de Áreas de Fricção Interétnica*” e a outra, estruturalista, dada a partir dos estudos desenvolvidos pelo HCBP (Ver Viveiros de Castro 1992).

¹¹ Henry era um antropólogo da Universidade de Columbia nos Estados Unidos e foi orientando de Margaret Mead e Franz Boas. Sua obra tinha forte influência do culturalismo norte-americano.

¹² As literaturas anteriores a SCS nomeavam os Xokleng como Kaingang, este é o exemplo da etnografia de Jules Henry (1941).

¹³ Henry esteve com os Xokleng entre os anos de 1932 e 1934, e concluiu que pelo fato de estarem cerca de 17 anos sob tutela do SPI (Serviço de Proteção Indígena), os Xokleng encontravam-se em situação disruptiva e a sua organização social em colapso, em inexorável via de desaparecimento.

“Índios e Brancos no sul do Brasil: A dramática experiência dos Xokleng”. Interessante notar, também, que essa emergência se dá no contexto do estado de Santa Catarina, de onde era natural e se fixou para continuar seus estudos, apesar de sua formação no Museu Nacional (RJ) e na Universidade de São Paulo. Egon Shaden, apesar de catarinense, ficou na USP.

Nesse sentido, o conhecimento destas circunstâncias instigou-me a estudar os processos que proporcionaram a emergência da Etnologia Indígena no sul do Brasil, através da trajetória inicial de Sílvio Coelho dos Santos. Entretanto, para se pensar esta emergência, é preciso entender as motivações e condições institucionais que a promoveram. Assim será necessária a compreensão do contexto institucional no qual está inserido, as circunstâncias práticas e ideológicas que permitiram sua formação, bem como as posições dos atores sociais dentro do mesmo.

1.4 Referencial teórico

Assim, ao trazer esta proposta de investigação sobre a emergência da etnologia indígena no sul do país tornou-se imprescindível realizar uma discussão a nível teórico e institucional acerca das características e preocupações fundantes da Etnologia Brasileira (em formação) na década de 1950 à 1960, período em que se dá a inserção de SCS na Etnologia Indígena brasileira.

Foi a partir deste entendimento, que busquei no conceito de *campo* de Bourdieu (1983), as ferramentas necessárias para pensar o desenvolvimento da antropologia no Brasil. De acordo com o autor, a noção de *campo* pode ser caracterizada por um âmbito autônomo de concorrência e disputas internas. Esta noção é interessante na medida em que me instrumentaliza para pensar as práticas, tensões e jogos de poder dentro de determinados espaços sociais. Estes espaços remetem a campos específicos e dentro de cada um deles é que são determinadas as posições dos atores sociais através da “quantidade” de capital de que dispõem.

No caso específico desta pesquisa, examinei o campo da Antropologia Brasileira como um campo científico designado por Bourdieu (2004). Esta abordagem propõe analisar a ciência a partir de uma perspectiva que a considere como um campo autônomo (microcosmo), porém submetido as leis sociais (macrocosmo), ou seja, em um mundo social como os demais, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas.

Dentro deste campo estão os atores sociais, - que ocupam diferentes posições neste espaço-, as instituições e as tensões próprias deste campo. Sendo assim, o objetivo foi identificar estes elementos durante o período de formação da Antropologia Brasileira a fim de desvendar as motivações e condições que permitiram a emergência da Etnologia Indígena no sul do Brasil. Como salienta Castro Faria (1993), o entendimento deste processo é crucial para a compreensão do lugar do cientista neste campo, de modo que permite entender as dominâncias que marcam a época, considerando a posição de poder dos cientistas neste espaço.

Ao encontro com estas reflexões encontrei, também, na concepção de Foucault (2001) um subsídio para pensar o lugar que SCS ocupa no campo da Etnologia Indígena Brasileira, mais especificamente naquela desenvolvida no sul do país. Como já exposto, as produções iniciais de SCS permitiram não só a visibilização das populações indígenas do sul do Brasil, bem como a formação do campo da Etnologia Indígena nesta região. Entretanto esta produção não está em um vácuo social, mas está vinculada a um campo de produção de saberes que inclui as instituições que promovem e sustentam as teorias que dinamizam e orientam as pesquisas, assim como os contextos sociopolíticos mais amplos. Sendo assim, é preciso considerar os demais componentes deste campo que possibilitaram a produção etnográfica de SCS.

Foucault (2001) em sua concepção de autoria busca questionar ou negar uma suposta unicidade do sujeito (autor) como voz única e soberana. Esta noção concebe a autoria como uma construção social na medida em que determina o modo pelo qual os discursos circulam em um determinado campo, neste caso, o científico. A autoria, portanto, não se restringe ao autor, mas se manifesta como um fenômeno complexo que perpassa instâncias e diversos conceitos. Sendo assim, como destaca Geertz (1988), baseado nas reflexões de Barthes (1979), o autor cumpre uma função e não apenas uma atividade, tendo muito mais alcance do que aquilo que escreve. Neste sentido, a produção de SCS, além de inaugurar um campo de estudos no sul do Brasil, se tornou fundamental no desenvolvimento e na consolidação da etnologia no sul do país, tornando-se indispensável a quem deseja estudar os indígenas da região, cumprindo funções que vão além de seus escritos.

Deste modo, ao adentrar, através destes conceitos, no campo da Antropologia Brasileira recorri ao estudo de antropólogo/as brasileiros/as que me permitiram examinar as dinâmicas deste campo, as instituições e os atores, de modo que fosse possível compreender as

condições de formação da Etnologia Indígena no sul do Brasil praticada por SCS.

1.5 Referencial teórico de Antropologia Brasileira

Os estudos realizados por Roberto Cardoso de Oliveira (1998), Alcida Ramos (2000) e Mariza Peirano (2006) chamam atenção para as profundas transformações na antropologia na década de 1960. Para estes autores/as, os processos de mudanças oriundos do período pós-guerra representaram o principal fator de uma crise epistêmica na antropologia, na qual os centros de produção antropológica (Inglaterra, Estados Unidos e França) vivenciavam um clima de incertezas em relação ao futuro da antropologia com a aproximação cada vez maior do/a antropólogo/a e seu objeto de estudo. Goody (1966), por exemplo, afirmava que a antropologia encontrava-se em uma encruzilhada em vias de transformar-se em uma arqueologia social, pois as sociedades não complexas assumiam novas configurações no terceiro mundo, o que inviabilizava seu estudo.

A grande preocupação destas antropologias centrais se fundava em um possível desaparecimento do que se acreditava ser o objeto da antropologia: as populações tribais. Deste modo, a aceleração dos processos de mudanças deslocava o objeto da antropologia de uma “alteridade radical”, fundamentada no exotismo para o “contato com a alteridade”, o que, para muitos, significava o fim da antropologia (PEIRANO, 2006).

É neste cenário, que nos anos 1960, a disciplina inicia seu processo de institucionalização no Brasil. Em meio às crises vivenciadas pelas antropologias centrais, no Brasil, conforma-se uma antropologia que negava o exotismo atentando para as relações entre os grupos étnicos e a sociedade nacional.

Este deslocamento epistemológico realizado pela Antropologia Brasileira em formação desencadeou tensões teóricas e delas o surgimento de novas teorias que legitimaram outros fazeres antropológicos¹⁴. A desconstrução de uma antropologia caracterizada por seu objeto proporcionava a formação de um campo *sui generis* da etnologia indígena no Brasil, marcado pelos deslocamentos de conceitos e pelo engajamento político em relação as populações estudadas,

¹⁴ Podemos citar, também, como resultados destes novos fazeres antropológicos o início do estudo das sociedades complexas no Brasil.

constituindo o que Peirano (2006) chama de uma antropologia “*at home*”, que forma-se, no Brasil, através do “contato com a alteridade”.

Através da trajetória inicial de Sílvio Coelho dos Santos, que foi um dos responsáveis¹⁵ pelo início da Etnologia no sul do Brasil, e de suas primeiras produções conseguiu identificar elementos que me remetiam a esta formação da Antropologia Brasileira. Os dois principais elementos que destaquei nas produções de SCS foram as tensões oriundas dos deslocamentos conceituais: da teoria da aculturação, oriunda da antropologia estadunidense, à fricção interétnica (nacional), elaborada por Roberto Cardoso de Oliveira, e o engajamento político do pesquisador para com as populações que estudou.

Assim, a partir desta compreensão, minha análise concentrou-se em dois principais eixos característicos dos processos formativos da antropologia no Brasil: o deslocamento de conceitos e o engajamento dos antropólogos/as para com as populações estudadas. A realização desta análise se mostrou imprescindível para compreender a emergência do campo da etnologia indígena no sul do Brasil na década de 1960 através da antropologia “*at home*” praticada por SCS.

1.6 Metodologia de pesquisa

A metodologia empregada na pesquisa foi a pesquisa bibliográfica, em arquivos e a realização de entrevistas abertas com atores do campo científico em questão. Realizei a pesquisa no período de 2012 à 2014 como parte integrante das atividades realizadas no AVISC.

Deste modo, realizei ao total de três entrevistas com antropólogos/as que acompanharam a trajetória inicial de SCS, como Maria José Reis, professora aposentada do departamento de antropologia, Miguel Bartolomé, antropólogo do Instituto Mexicano de Antropologia que estabelecia frequentes diálogos com SCS e Alicia Barbas, antropóloga argentina também deste Instituto que dialoga com SCS em suas produções e que acompanhou sua trajetória¹⁶. Estas entrevistas contribuíram para situar o ator SCS no contexto em que sua

¹⁵ Afirmo de um dos principais responsáveis porque considero, através das leituras realizadas, que a colega de SCS, no curso de especialização, Cecilia Helm também teve papel de destaque na conformação deste campo.

¹⁶ A entrevista realizada com Bartolomé e Barabas contribuiu para pensar de maneira mais ampla o deslocamento de teorias na América Latina, como um todo, bem como a questão do comprometimento com as populações estudadas.

produção estava inserida, as relações que estabeleceu as influências e os debates teóricos e institucionais que marcavam a trajetória de SCS na Etnologia Indígena.

O levantamento dos documentos e processo de digitalização dos arquivos já em meu primeiro ano como bolsista contribuíram para um conhecimento maior dos arquivos constantes no acervo. Os grupos de estudos integrantes das atividades do AVISC, em meu segundo ano como bolsista, possibilitaram-me a identificação de quatro principais eixos de pesquisa, que me permitiram estabelecer meu recorte temporal, e a base teórica que fundamentou meu TCC.

A partir daí, a consulta a parte do acervo que digitalizei me mostrou as instituições financiadoras, os procedimentos de pesquisa, bem como os impasses para a realização das mesmas. Os dados obtidos me permitiram identificar os atores do campo científico pertinentes para a compreensão dos processos formativos da Etnologia no sul do Brasil.

1.7 Organização do trabalho

Deste modo, este TCC contará com dois principais eixos temáticos divididos em dois grandes capítulos. O primeiro capítulo discorrerá sobre as origens da teoria da aculturação e as reações desencadeadas no campo da Antropologia Brasileira a partir da sua importação para o Brasil. Neste sentido, realizei uma discussão que contempla tanto aspectos ligados as preocupações dos centros de produção antropológica na década de 1940 e 1950, bem como as motivações e preocupações que guiavam a Antropologia Brasileira em formação neste mesmo período.

Sendo assim, enfoquei nas tensões teóricas, nas ressignificações da teoria no contexto brasileiro e nos processos que resultaram na proposição do conceito de “fricção interétnica” que rompe, radicalmente, com a noção de aculturação e que combina os aspectos principais do surgimento de uma antropologia “*at home*”: o deslocamento de conceitos e o engajamento político com as populações estudadas.

O outro eixo, contemplado no segundo capítulo, discorrerá sobre a trajetória intelectual de Sílvio Coelho dos Santos e suas produções iniciais. Meu objetivo neste capítulo foi analisar os percursos desde sua entrada no “*curso de especialização em antropologia social*”, em 1963 até sua tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo em 1972. Nestas produções busquei perscrutar as tensões teóricas que permeavam o campo da Antropologia Brasileira e o fazer antropológico

de SCS no campo científico. Esta discussão me permitiu estabelecer um diálogo com a formação da Antropologia Brasileira, compreender e identificar os elementos que permitiram a emergência da Etnologia Indígena no sul do Brasil.

2 CAPÍTULO I – A ANTROPOLOGIA FEITA EM CASA: DA ACULTURAÇÃO À FRICÇÃO INTERÉTNICA

Este capítulo discorrerá sobre as origens da teoria da aculturação e as reações desencadeadas no campo da Antropologia Brasileira a partir da sua importação para o Brasil. Neste sentido, realizei uma discussão que contempla tanto aspectos ligados as preocupações dos grandes centros de produção antropológica na década de 1940 e 1950, bem como as motivações e preocupações que guiavam a Antropologia Brasileira em formação neste mesmo período.

Deste modo, enfoquei nas tensões teóricas, nas ressignificações da teoria no contexto brasileiro e nos processos que resultaram na proposição do conceito de “fricção interétnica” que rompe, radicalmente, com a noção de aculturação e que combina os aspectos principais do surgimento de uma antropologia “*at home*”: o deslocamento de conceitos e o engajamento político com as populações estudadas.

Este debate se mostra crucial para compreender as tensões conceituais presentes nas produções iniciais de SCS, inicialmente com a utilização da “teoria da aculturação” até o seu deslocamento à “fricção interétnica”, bem como para compreender a postura deste pesquisador em relação às populações que estudava.

2.1 A origem dos estudos de aculturação

De acordo com Couche (2004), a palavra “aculturação” foi utilizada pela primeira vez em 1880 por J.W Powell, um antropólogo norte-americano que estudava as transformações dos modos de vida e de pensamento dos imigrantes em contato com a sociedade norte-americana. O autor se utilizava deste conceito para explicar os processos oriundos do contato entre os imigrantes estrangeiros e a sociedade nacional norte-americana.

Apesar disto, neste período, o paradigma vigente na antropologia americana não era o da aculturação. Desde os anos 1890 até meados dos anos 1920, a abordagem em voga na antropologia norte-americana era a difusionista, assim como na antropologia germânica, americana e britânica (Leal 2011, p. 314). O difusionismo teve um papel decisivo na formação da antropologia norte-americana a partir de 1890, quando as

ideias boasianas substituíam o evolucionismo social que nutria o racismo científico, até então dominante nos Estados Unidos¹⁷.

De acordo com Leal (2011), a aculturação pode ser vista como um estágio posterior ao difusionismo, quando, no fim dos anos 1920 e começo dos anos 1930, a predominância do difusionismo na América do norte começa a ser questionada pelos discípulos de Boas, e pelo próprio Boas, que se interessavam mais nos aspectos contemporâneos, do que nos contornos históricos das culturas.

Leal considera que Ruth Benedict tenha desempenhado um papel importante nesta transição, especialmente em sua obra “Padrões de Cultura” (1934), na qual a autora se posiciona de forma contrária a concepção de cultura como uma arbitrária combinação de “colcha de retalhos”, bem como estabelece uma crítica à ênfase que o difusionismo dava as circulações de elementos isolados da cultura. Ao invés de analisá-la como “aglutinações” díspares¹⁸, Benedict, salientava a integração como um elemento crucial no funcionamento das culturas.

A integração das populações nativas com a sociedade nacional norte-americana, como destacada por Ruth Benedict, torna-se o elemento central na teoria da aculturação que começava a se formar através do rompimento com a clássica abordagem difusionista. Desta forma, a dissolução da perspectiva da difusão deslocava o debate em torno da busca de “um ponto em comum” através do contato entre diferentes culturas nativas americanas, para uma abordagem que se concentrava, majoritariamente, nas consequências da ocidentalização sobre os nativos e as populações negras no “novo mundo”. Portanto, segundo destaca Leal (2011), tinha-se a visão de que a teoria da aculturação refletia os processos de mudança cultural que poderiam ser

¹⁷ É importante lembrar, que neste mesmo período, no Brasil, também, se desenvolviam teorias racistas que atribuíam as compreensões de raça através de fatores biológicos. Este debate estava localizado nas preocupações acerca do futuro da nação onde o problema da raça se colocava como um entrave para o progresso do país visto que a mestiçagem era vista forma negativa, pois degeneraria uma suposta “superioridade branca” comprometendo o avanço da nação. É somente com Gilberto Freyre (1933) (orientando de Franz Boas) que o debate racial se desloca dos aspectos biológicos para os culturais introduzindo a questão da mestiçagem uma conotação positiva (Apesar de ainda racista).

¹⁸ Alguns autores contemporâneos tem proposto uma nova abordagem para o difusionismo como é o caso de ULF Hannerz (1997), Arnd Schneider (2003) e Hans Hahn (2008) que tem destacado as relações entre os difusionistas e globalistas.

observados na contemporaneidade deixando de lado a ênfase nas narrativas e nos acontecimentos históricos¹⁹.

Assim nos anos 1930 e 1940 a antropologia cultural norte-americana desenvolve o conceito de aculturação como resultado das preocupações com os processos de mudanças próprios daquele período, e de muitas das revisões críticas realizadas pelos alunos e alunas de Boas. Esta teoria se debruçará, principalmente, em uma reflexão mais atenta acerca dos fenômenos decorrentes do contato entre diferentes culturas, em especial do contato entre a sociedade ocidental e as demais culturas nativas. Entendia-se que o fenômeno de “mudança cultural” se acelerava e, assim, tornava-se uma das principais preocupações da antropologia desenvolvida nos Estados Unidos naquele momento.

De acordo com Adam Kuper (1999), estes intensos processos de mudanças ocorridos no período pós-guerra deslocaram os/as antropólogos/as de suas “torres de marfim” para a realidade. As transformações culturais sistemáticas levavam a antropologia a voltar seu olhar para as relações estabelecidas entre a sociedade ocidental em expansão (colonialismo) e as causas das mudanças ocorridas a partir daí. À antropologia faltava conceitos para apreender a realidade em mudança o que, conseqüentemente, fez emergir a necessidade de criação de novos artefatos conceituais. É desse intuito que se origina a noção de aculturação.

Portanto, é neste cenário que a noção é elaborada e se difunde amplamente, transformando-se em paradigma da antropologia cultural norte-americana, crucial para explicar as situações de contato e as mudanças culturais que ocorriam. Entretanto, apesar desta importância, Leal (2011) ressalta que tal teoria nunca foi fundamental nas antropologias centrais produzidas na Europa, sendo inegável, porém, a sua forte influência entre os países latino-americanos, com destaque para o Brasil, no estudo de seus “nativos”, bem como no estudo das populações de origem africana nestes países.

Evidencia-se, neste desenvolvimento, a nova preocupação da antropologia norte-americana que representou o olhar mais atento para o fenômeno das mudanças culturais, em uma tentativa de deslocar a percepção dos aspectos “originais” da cultura e atentar para o fenômeno do contato e as suas conseqüências. Isto se torna importante na medida

¹⁹ Como destaca Rosenblatt (2004), o tema da integração cultural não era, em princípio, compatível com uma abordagem histórica da cultura, colocando-se em oposição ao difusionismo, que buscava justamente os fatores históricos das culturas.

em que os arcabouços teóricos da época não satisfaziam mais as situações demandadas pela realidade empírica em meados do século XX, na qual os “nativos” não estavam mais distantes para serem estudados por antropólogos/as vindos de fora. Eles (os nativos) acompanhavam as mudanças do mundo. A necessidade era, portanto, encontrar novas categorias que explicassem os fenômenos desencadeados pelo contato, apesar deste fenômeno não representar necessariamente uma novidade.

Para Roger Bastide (1968), o relativo retardamento dos estudos do contato na antropologia se deu devido à uma excessiva atenção para as culturas ditas “primitivas” na etnologia. Os etnólogos empenharam todo seu esforço no que Bastide chamou de “superstição do primitivo”, ou, ainda, “mito do primitivo”, que partiam da premissa de que as formas “primitivas” de vida social e cultural eram capazes de nos fornecer respostas para a origem das sociedades complexas, ou seja, seriam as “formas elementares” de todas as sociedades. Outro motivo pelo qual o contato era subalterno, ou até mesmo desinteressante na etnologia “clássica”, segundo Bastide, estava na falsa ideia de que as culturas primitivas eram “mais puras”, que reforçava o ideal de “exoticidade” tanto buscado por este fazer etnológico que concebia a disciplina pelo seu objeto.

De acordo com o antropólogo Egon Shaden (1969), a temática do contato, desde os primeiros etnógrafos, não era tratada como objeto central de investigação, era assunto periférico nas etnografias, visto que a mudança cultural não era uma prerrogativa nas produções etnológicas iniciais. Oliveira (1988), por sua vez, destaca essa marginalização e os obstáculos aos estudos do contato chamando a atenção para um elemento crucial: a majoritária utilização dos paradigmas das ciências biológicas para o estudo dos fenômenos da cultura, destacando a naturalização da sociedade como principal marca da tradição antropológica. Na mesma direção, Cuche (2004) expõe essa recorrente utilização na primeira metade do século XX, período no qual as ideias de Durkheim influenciavam fortemente a antropologia francesa e britânica, as quais reforçavam os métodos e paradigmas das ciências biológicas para as ciências humanas.

Como aponta Cuche (2004), a tradição durkeimiana, que vigorava na antropologia francesa e britânica, compreendia que as mudanças das sociedades ocorriam devido aos aspectos evolutivos internos de cada cultura, e que os fatores externos não exerceriam grande impacto sobre as sociedades em contato. Portanto, o que deveria preocupar o pesquisador, neste sentido, eram os processos e dinâmicas internas de

cada cultura. Além disso, Durkheim desconsiderava a interpenetração de culturas muito distintas, para ele, era rara a possibilidade de se constituir um sistema sincrético.

Retomando a crítica de Bachelard (1970) acerca de uma suposta “paixão pela interioridade”, Oliveira (1988) evidencia tais problemas como uma das principais causas das dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores interessados a estudar os processos de contato, principalmente pela tradição antropológica europeia. O autor aponta para a preocupação de pesquisadores ligados a certas tradições antropológicas que afirmam preconizar o estudo dos aspectos interiores de uma sociedade, contrastando esta ênfase com outros autores que se fixariam em fatores mais “externos” (como as relações de dominação, subordinação ou processos de ajustamento de uma sociedade ao meio em que se situa). Neste sentido, “a paixão pela interioridade” representaria um obstáculo ao desenvolvimento de estudos mais amplos sobre as relações estabelecidas por estes grupos étnicos e a sociedade nacional, e dos processos desencadeados a partir destas relações.

O cenário etnológico nos principais centros de produção antropológica da Europa e Estados Unidos, portanto, - antes da atenção dada aos processos do contato, - era o do privilégio para a “pureza cultural” e para o caráter “original” de cada cultura, ou ainda, por uma suposta preocupação com as dinâmicas interiores das sociedades. Nesse sentido, estas ênfases entendiam de maneira negativa os processos de miscigenação que, para os/as pesquisadores/as desta tradição, representavam um comprometimento nocivo às culturas, além de dificultar o trabalho do/a etnólogo/a que perseguia “formas originais” de cada cultura. É somente, então, com os pesquisadores franceses Roger Bastide (1968) e George Balandier (1951), através de suas experiências de campo, o primeiro com os negros no Brasil, e o segundo com a sociedade colonial na África, é que a escola antropológica francesa dá aos estudos do contato maior atenção, contribuindo de forma significativa para estes estudos²⁰.

Na antropologia norte-americana, por sua vez, foi através das revisões críticas e das pesquisas de campo daquele período que a noção de aculturação ganha corpo e se estabelece como paradigma,

²⁰ O conceito de situação colonial desenvolvido por Balandier a partir de sua incursão de campo influenciou fortemente a antropologia realizada na América Latina impulsionando a emergência do conceito de fricção interétnica desenvolvido por Cardoso de Oliveira na década de 1960, como veremos adiante.

deslocando-se da interioridade das culturas para as transformações culturais. É assim que, em 1928, Melville Herskovits²¹, um dos principais formuladores da noção de aculturação, se afasta dos estudos sobre populações indígenas e concentra suas pesquisas em populações negras de descendência africana nos Estados Unidos. Como aponta Cuhe (2004), o discípulo de Boas, continuou preocupado com a determinação das “origens” africanas das culturas negras do continente americano. Entretanto, sua pesquisa o conduziu para a investigação do sincretismo cultural. É neste momento que sua produção se volta para um novo enfoque: a “afro-americanologia”, que focará o estudo dos aspectos do contato tornando-o tão legítimo quanto o estudo dos aspectos culturais considerados “puros”.

Outro movimento, neste mesmo sentido, é feito por Ralsh Linton. Após realizar seu trabalho de campo em Madagascar, na África, entre os anos de 1925 e 1927, regressou aos Estados Unidos onde foi para a Universidade de Wisconsin e se estabeleceu como um importante teórico da antropologia. A publicação do livro *The Study of Man* (1936) leva-o, posteriormente, a migrar para a Universidade de Columbia local onde os estudos de aculturação ganham força.

Durante a escrita de seu livro, Linton voltou seu interesse para os estudos relativos às mudanças culturais, realizando uma revisão teórica das escolas difusionistas e funcionalistas, mostrando suas inadequações e a necessidade de propor um conceito que desse conta dos processos de mudanças culturais pelos quais os grupos sociais passavam.

Robert Redfield, professor e pesquisador da Universidade de Chicago, por sua vez, ao realizar sua pesquisa de campo com um grupo campesino mexicano, percebe que havia se equivocado quando pensou aquela cultura de maneira isolada. Sua experiência de campo o levou a compreender tal grupo social de maneira mais ampla, considerando as intensas relações que estabeleciam com outros grupos e com a sociedade maior. Esta experiência o levou a debruçar-se nos estudos do contato, bem como na adoção de uma perspectiva mais interdisciplinar dos fluxos culturais²².

²¹ Aluno de Franz Boas.

²² Destaco, aqui, um elemento que emerge nesta análise e que mereceria maior atenção em trabalhos posteriores. Nos três casos são as experiências de campo que conduzem os antropólogos para diferentes abordagens e novos campos de estudos. Segundo Peirano (2008), é isto que dá a antropologia a dinamicidade, fazendo com que ela reflita sobre si mesmo a partir de sua íntima relação com a realidade empírica.

É neste contexto da antropologia norte-americana que, em 1936, os três antropólogos Melville Herskovits, Ralph Linton e Robert Redfield que faziam parte do comitê do “*Social Science Research Council*”, criam o “*Memorando para o estudo da aculturação*”, que define o termo como:

A aculturação compreende aqueles fenômenos surgidos onde grupos de indivíduos que tem culturas diferentes entram em contato contínuo de primeira mão, com subseqüentes mudanças nos padrões de cultura original de um dos grupos ou de ambos (...). De acordo com essa definição, aculturação deve distinguir-se da mudança cultural, da qual não passa de um aspecto, e de assimilação, a qual é às vezes, uma fase da aculturação. Deve também distinguir da palavra difusão, o qual embora ocorrendo em todos os casos de aculturação, não é só um fenômeno que com frequência ocorre sem que se produzam tipos de contato entre povos especificados na definição anteriormente dada, como constitui apenas um aspecto do processo de aculturação (HERSKOVITS; LINTON; REDFIELD, 1936).

“Aculturação”, nestes termos, configura-se como um fenômeno social a ser investigado, nesse sentido, os pesquisadores esforçavam-se para apresentar uma conceituação precisa, assim como estabelecer parâmetros de investigação para os estudos que trabalhavam com as situações de contato. O objetivo do Memorando era estabelecer, também, uma clara distinção de aculturação e de “transformação cultural”, termo que era frequentemente utilizado por antropólogos britânicos. Para os antropólogos norte-americanos, a transformação de uma cultura pode se dar de diversas maneiras, inclusive por causas internas, portanto, não seria possível categorizar do mesmo modo processos distintos de transformação cultural, já que os dois termos não se equivaleriam.

De acordo com Oliveira (1988), a esfera científica de investigação que foca o Memorando daria atenção as trocas culturais resultantes do contato entre dois povos, sem restringir o estudo do processo de aculturação a apenas um dos lados e sem estabelecer interferências sobre o sentido geral da mudança. Ou seja, a princípio o conceito de aculturação não prevê as relações de dominação, apenas as

relações de interferência/trocas estabelecidos pelas culturas em questão²³. A contribuição do Memorando é no sentido de estabelecer um campo de investigação específico, bem como sugerir as ferramentas teóricas adequadas para os estudos das situações de mudança cultural causadas pelo contato com outras sociedades.

Naquele momento, marcado pela formulação do Memorando, forma-se uma geração de pesquisadores influenciados pela teoria da aculturação, sendo, muitos destes oriundos de países da América Latina, e especialmente, do Brasil, como é o caso de Eduardo Galvão.

Os antropólogos Herkovists, Linton e Redfiled formaram uma geração de antropólogos e antropólogas que realizaram diversas pesquisas no Brasil, contribuindo para a difusão da teoria no país. Como destaque, cito Charles Wagley, orientando de Linton e que, posteriormente, orientou Eduardo Galvão na Columbia University. Na década de 1940, Wagley realizou uma expedição para o Brasil onde, juntamente, com seus orientandos, aplicou e introduziu a teoria da aculturação no país, marcando decididamente o início desta abordagem na antropologia/etnologia²⁴ realizada no Brasil até então.

Entretanto, no Brasil, a teoria de aculturação não se manteve tão fiel ao Memorando dos antropólogos norte-americanos, gerando outras apropriações e outras formulações resultantes da crítica a este conceito para o caso brasileiro. São destas transformações da teoria na realidade brasileira que se trata o próximo item.

2.2 Da aculturação a fricção interétnica: os movimentos teóricos e conceituais no Brasil

2.2.1 O corte epistemológico e o início dos estudos do contato no Brasil

Índios, assim, tão poucos indígenas, fogem do interesse do etnólogo clássico, interessado precisamente naqueles grupos intocados que melhor conservam as singularidades da cultura tradicional. (...) Todavia, eles oferecem um interesse científico igual, senão maior que as

²³ Pretendo discutir, posteriormente, como a teoria da aculturação se “moldou” as situações coloniais na realidade brasileira gerando críticas e revisões da noção, segundo o que Oliveira (1988) chama atenção.

²⁴ A utilização destes dois termos se dá porque no Brasil, naquele período, existia um debate acerca do corte epistemológico existente entre antropologia e etnologia, que pretendo elucidar adiante.

tribos isoladas, porque somente seu estudo poderá nos levar a uma compreensão melhor do processo pelo qual os povos tribais se integram em sociedade nacionais e como e por que resistem a fundirem-se na população regional (RIBEIRO, 1960, p. 10).

Este trecho foi retirado do prefácio escrito por Darcy Ribeiro ao livro e Roberto Cardoso de Oliveira, intitulado “O processo de assimilação dos Terena” (1960). Pretendo evidenciar, com a eleição deste pequeno texto, a característica e a pertinência da crítica realizada por Darcy Ribeiro aos estudos clássicos de etnologia, e a indicação da necessidade de teorias capazes de entender a manutenção das distintividades culturais a despeito dos intensos processos de contato. Neste sentido, o foco da etnologia no Brasil, que começa a se conformar nas décadas de 1950-1960, em oposição aquela considerada clássica esteve nos processos de integração dos grupos étnicos na sociedade nacional. Estes estudos tiveram diversas fases e influências podendo ser classificados de diferentes formas. A primeira fase corresponde precisamente aos estudos de aculturação (ATHIAS, 2007).

O conceito de aculturação utilizado pela antropologia no Brasil na década 40 e 50, vem da escola antropológica norte-americana, conforme abordada anteriormente. O seu desenvolvimento reproduz as preocupações da antropologia praticada por parte dos grandes centros, que se voltava para compreender as mudanças sociais oriundas da colonização e dos processos de ocidentalização do mundo.

Neste sentido, a antropologia no Brasil e o conceito de aculturação nas pesquisas etnológicas realizadas no país, tiveram muitas influências da escola culturalista norte-americana. Contudo, no Brasil essas apropriações tiveram ressignificações em relação as teorias estrangeiras, causando fortes tensões conceituais. Destaca-se, neste sentido, as motivações dos/as antropólogos/as ao enfocarem certos aspectos não contemplados originalmente pela teoria da aculturação desenvolvida nos Estados Unidos, como os aspectos da dominação e do conflito, e aos poucos buscarem novas alternativas que superassem os problemas encontrados na “aplicação” desta teoria.

Paralelamente a introdução da teoria da aculturação na Etnologia Brasileira, desencadeiam-se uma série de processos de ordem institucional que vão influenciar e direcionar, de certa forma, a atenção para os estudos do contato no Brasil. Um deles é a criação de

instituições universitárias e a necessidade da vinda de pesquisadores estrangeiros para cá.

Em 1934, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Brasil e a Escola de Sociologia e Política são criadas dentro Universidade de São Paulo (USP) cuja implantação exige a contratação de pesquisadores e professores para lecionar nos cursos de Ciências Sociais. Dentre os contratados estavam antropólogos como Roger Bastide, Emilio Willems e Claude Lévi-Strauss, designados para atuar na primeira; e Herbert Baldus, Donald Pierson e Radcliffe-Brown para lecionar na segunda.

Neste mesmo período, no Rio de Janeiro, teve início o processo de criação da Universidade do Brasil, na qual Arthur Ramos iria assumir a cátedra de Antropologia e Etnologia. Além dele, o quadro de professores foi formado por outros brasileiros, com destaque para Gilberto Freyre, que havia concluído mestrado nos Estados Unidos, sob a orientação de Franz Boas.

A criação destas duas instituições são cruciais para o início do processo de consolidação da Antropologia no Brasil, que marcou a introdução e o desenvolvimento de arcabouços teóricos de diferentes escolas estrangeiras. De acordo com Melatti (1983), foi neste movimento institucional que ocorreu a justaposição de tradições funcionalistas, de origem europeia, e outra culturalista, de origem norte-americana.

É importante salientar que, naquele período, existia um debate central em torno do corte epistemológico entre Antropologia e Etnologia. Os pesquisadores que vieram para a Universidade de São Paulo salientavam o seu compromisso com uma produção etnológica, não antropológica, pois marcavam uma clara distinção dos objetos e das diferentes naturezas destas ciências (DOMINGUES, 2008). Sendo a antropologia ligada a questões biológicas e a etnologia as culturais e sociais.

As pesquisas de Gilberto Freyre (1993), que contaram com a influência de Franz Boas, desempenham um papel crucial no processo de deslocamento do debate da mestiçagem do âmbito biológico para o cultural, atribuindo a miscigenação uma conotação positiva diferente da abordagem biológica dada pelo racismo científico. Este pode ser considerado um primeiro e importante movimento em direção ao deslocamento do campo investigativo da antropologia no Brasil.

Os demais movimentos foram realizados por pesquisadores como Arthur Ramos, o então chefe da cátedra de Antropologia e Etnologia da recém-criada Universidade do Brasil, que, em 1941, publica o livro “Introdução à Antropologia Brasileira”, no qual explicita a distinção

existente entre o que chamava de Antropologia e o que compreendia por Etnologia²⁵.

Ainda anterior à Arthur Ramos, outro importante pesquisador da USP preocupa-se na distinção entre os dois fazeres e seus objetos: Hebert Baldus. Em seu livro *Etnologia Brasileira* (1937) ele dedica o primeiro capítulo para o debate acerca do termo Etnologia, marcando claramente a distinção entre a Antropologia e a Etnologia. Ao justificar a escolha da utilização do termo etnologia pelo caráter etnográfico de seu trabalho junto as populações indígenas Baldus destaca:

Que é etnologia? Literalmente: a ciência do povo ou dos povos, isto é, a ciência que estuda diversas modalidades totais de um povo e suas relações com as modalidades de outros povos. (...) A etnologia limita-se ao estudo das chamadas culturas primitivas por ainda ser uma ciência em formação. (...) Não faz muito tempo que a etnologia se separou da antropologia: ambas eram consideradas até há pouco tempo como ciências irmãs. Hoje, compreende-se que elas só podem ser ciências auxiliares uma da outra. A antropologia, como o nome já indica, ocupa-se do homem como indivíduo e como espécie (BALDUS, 1937, p.1).

Posteriormente, a designação Etnologia presente nos trabalhos de Claude Lévi-Strauss, Castro Faria, Charles Wagley e Eduardo Galvão, trouxeram uma importante contribuição para a formação da antropologia no Brasil, na medida em que, introduziam um novo campo de racionalidade para a ciência antropológica afastando-a das ciências biológicas e trazendo-a para o campo de investigação das ciências sociais.

De acordo com Domingues (2008), os anos 1930 e 1940 são marcados por estes processos de passagem de uma antropologia como uma ciência localizada nas ciências naturais para uma ciência social, que não se ocupava mais com os aspectos biológicos do homem, mas sim, com o que ele produz enquanto ser social.

²⁵ De acordo com ele, nos séculos XVIII e XIX, a palavra Antropologia remetia à Antropologia Física: uma ciência natural do homem, que considerava seus quadros raciais e a Antropologia Cultural, que na Europa, era estudada como Etnologia estando ligada as ciências geográficas e históricas (DOMINGUES, 2008, p.35).

Entretanto, como aponta Castro Faria (1993), esta passagem não se deu de maneira simples, mas constituiu-se como o resultado das relações dos atores do campo intelectual com as instâncias de poder e com as instituições do meio acadêmico. Como salienta Domingues (2008), para o entendimento deste processo torna-se crucial a compreensão do lugar do cientista no campo para entender as dominâncias que marcam a época, considerando as posições de poder dos cientistas.

Deste modo, é justamente nos através destes processos de formação da Etnologia no Brasil que os estudos de Etnologia e Antropologia passam a integrar o mesmo campo de investigação, notadamente através dos pesquisadores da geração de 1930 e 1940, que preconizaram o saber e os métodos da Etnologia.

Nos trabalhos de Baldus (1937), além do compromisso claro com a Etnologia é possível perceber que o autor já manifestava preocupação com as mudanças sociais que as populações indígenas estavam passando. Em seu texto “A Mudança de cultura entre os índios no Brasil”, Baldus dedica-se a explanação dos aspectos das culturas indígenas, Terena, Tapirapé, Karaja, Bororo, e Kaingang, que sofreram influência dos brancos, e que resultaram em certas modificações na vida destes grupos. Logo no início do capítulo o autor destaca: “Queremos limitar-nos aqui a examinar a mudança de cultura entre algumas tribos de índios do Brasil, apenas no que diz respeito à influência europeia. Naturalmente as influências das culturas de índios entre si perduram até hoje” (BALDUS, 1937, p. 160).

Ao encontro da proposta de Baldus, os estudos que vieram posteriormente visaram a explicação dos processos desencadeados pelo contato das populações indígenas com a sociedade nacional, porém com foco maior nos aspectos ligados a integração e a resistência da identidades étnicas.

De acordo com Athias (2007) é possível definir os estudos de aculturação no Brasil em três tipos de orientações e tradições distintas. A primeira orientação propõe um olhar atento para os aspectos internos de um grupo indígena específico, a fim de analisar as consequências da acomodação do grupo na sociedade nacional. Os principais precursores desta metodologia são Herbert Baldus, Charles Wagley e Eduardo Galvão.

O segundo tipo de orientação consistia na eleição de um grupo com “tendências aculturativas” inscritas em sua configuração interna dentro de um contexto histórico cultural. Nesta orientação encontram-se

autores como James Watson (1945), Roberto Cardoso de Oliveira (RCO) (1957) e Darcy Ribeiro (1960).

A terceira orientação remete a intermitentes situações de contato com os brancos, sendo assim, preconizava um método que descrevia as relações de um grupo com a sociedade nacional realizando, em seguida, uma correlação entre as condições sociais de existência e desenvolvimento da cultura do grupo como um todo (ATHIAS, 2007, p. 75). Esta orientação teria o antropólogo Egon Shaden como seu principal difusor.

Assim, os estudos de aculturação, no Brasil, assumiram diferentes orientações que traziam reações em relação a teoria da aculturação. A principal reação se deu pela dificuldade de explicar as permanências culturais apesar do contato. Neste sentido, os antropólogos brasileiros buscavam outros modos de pensar a “aculturação” como destaca Oliveira (1998) quando chama atenção para o fato de que Eduardo Galvão (1955) já apresentava, através do conceito de assimilação, um desconforto quanto a utilização da noção de aculturação, representando a primeira orientação dos estudos do contato.

Com RCO e Galvão, já no início da década de 1960, Darcy Ribeiro também apresenta o conceito de “transfiguração étnica” como alternativa a utilização da noção de aculturação. Na mesma direção, Roberto Cardoso de Oliveira, utiliza o conceito de assimilação em uma postura crítica em relação a aculturação. Segundo Athias (2007) desde sua primeira produção, RCO se posiciona de maneira crítica ao conceito, fundamentado nas revisões críticas realizadas de Siegel, Watson, Broom e Vogt (1954). É então que, em 1962, elabora o conceito de “Fricção Interétnica”, rompendo radicalmente com a aculturação.

É sobre estes processos de deslocamento e tensões conceituais que pretendo discorrer nos próximos itens através dos percussores das diferentes orientações que foram responsáveis pela criação de um novo campo investigativo próprio da antropologia brasileira.

2.2.2 Charles Wagley e Eduardo Galvão: aculturação e assimilação

Os estudos de aculturação que remetem a tradição da escola norte-americana iniciaram no Brasil na década de 1940, quando ocorre o intenso trânsito de pesquisadores/as brasileiros/as que retornavam ao país após os estudos realizados em instituições estrangeiras (principalmente norte-americanas) em uma época que não existia a formação de antropólogo no país. Este é o exemplo de Eduardo Galvão

que foi estudar na Universidade de Columbia nos Estados Unidos e defendeu sua tese em 1948 nesta mesma Universidade, tendo como orientador o norte-americano Charles Wagley.

Curiosamente, como aponta Melatti (1983), apesar da maioria dos pesquisadores estrangeiros da USP serem europeus, é a influência das teorias antropológicas norte-americanas que marcaram este período²⁶.

O marco inicial desta influência dos estudos de aculturação no Brasil se dá no ano de 1940 com a expedição de Charles Wagley, para realizar um estudo entre o Tapirapé. O projeto²⁷ que coordenava representou um dos maiores voltados aos estudos de aculturação no Brasil. O projeto de Wagley contou com o subsídio do *Concil for Research in the Social Sciences of Columbia*, que patrocinou, posteriormente, um estudo em parceria do Museu Nacional (UFRJ), realizado entre os Tenetehara no Maranhão (1941).

Para a execução do projeto, Wagley contou com a contribuição de seus orientandos, e do então, estagiário do Museu Nacional (RJ) Eduardo Galvão, que posteriormente, foi a Columbia realizar seu doutorado, tornando-se o primeiro antropólogo brasileiro a se doutorar no exterior. Em sua tese, Santos e Visagens (1955), através do conceito de aculturação, analisou o processo de transformação da cultura indígena para a chamada “cultura cabocla”. Contudo, como destaca Oliveira (1988), Galvão, logo buscou distanciamento do conceito de aculturação logo após encontrar insuficiências e inadequações em relação a aplicação do conceito, preferindo muitas vezes a utilização do termo assimilação.

Segundo Athias (2007), Galvão amplia o estudo da aculturação procurando evidenciar certa interdependência entre as populações indígenas e as populações caboclas. Com o termo assimilação ele procurou elucidar uma impossível dissociação de elementos da cultura ibérica e indígena na medida em que considerou a formação de um só sistema. O antropólogo, também, alertava para a dificuldade de se

²⁶ Para Melatti (1983) essa forte influência é decorrente do intenso interesse de pesquisadores norte-americanos pelos países da América Latina, tal interesse rendeu, inclusive, a criação do *Handbook of Latin American Studies* (1936) que funcionava como um enorme “manual” contendo todo o tipo de informação sobre as populações que habitavam a América Latina.

²⁷ Não foi possível encontrar fontes em relação ao título do projeto e os objetivos. Apenas um projeto de Wagley realizado no ano de 1949, intitulado “Projeto Columbia University” que focava nos estudos de comunidade na Bahia.

estabelecer a diferença entre mudança cultural e aculturação, preferindo o termo assimilação como alternativa para o dilema.

Melville Herskovits, também, deixou precursores dos estudos de aculturação no Brasil, tendo discípulos como os brasileiros René Ribeiro, Otávio da Costa e Ruy Coelho. Além destes nomes, outros pesquisadores debruçaram-se sobre a temática da aculturação entre populações indígenas na década de 1940²⁸.

Todavia, as frequentes pesquisas de campo realizadas pelos pesquisadores e pelas pesquisadoras brasileiros/as que buscavam explicar os fenômenos da aculturação entre as populações indígenas apontaram a necessidade cada vez mais latente de superar certos aspectos da teoria introduzida no país.

Em meio a estas problematizações da teoria da aculturação, em 1954, ocorre nos Estados Unidos um seminário que teve por objetivo repensar e discutir os rumos dos estudos de aculturação. Os resultados das discussões deram origem à publicação de um artigo intitulado “*Aculturação: Uma formulação provisória*”, o qual contém um levantamento dos estudos de aculturação e os problemas e inadequações da aplicação da teoria. As discussões deste seminário ressaltaram muitos dos problemas já identificados primordialmente por pesquisadores/as brasileiros/as em relação a teoria.

A partir da realidade empírica ficava latente a necessidade de superação do termo, ao invés de uma “simples” reformulação. O conceito de aculturação não previa as situações de dominação e conflito, além de focar, primordialmente, no interior das culturas, como se fosse natural das culturas mais “primitivas” a perda de seus elementos para integrar-se à sociedade mais fortes e que bastaria olhar para dentro das culturas e observar o que mudou. Esta “paixão pela interioridade”, nos termos de Bachelard (1970), - herdada da etnologia clássica-, obstaculizava a análise de fenômenos da realidade empírica, pois escapava ao destino previsto pelos estudos de aculturação que era a incorporação.

Foi neste sentido que encontramos também no Brasil, tentativas de superação da teoria como a realizada por Eduardo Galvão quando inicia o deslocamento para a assimilação como recurso de análise,

²⁸ Destacam-se entre os demais antropólogos/as estes James Watson e Virginia Watson ambos trabalharam com os Guarani-Kayová do Mato Grosso do Sul, além de Fernando Altenfelder Silva da Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

apesar de ainda utilizar o termo durante certo período. É somente com Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira que o conceito de aculturação foi mais profundamente repensado e novas perspectivas de análise apresentadas.

2.2.3 Darcy Ribeiro e a transfiguração étnica

Na década de 1950 no Brasil, Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira, os dois intelectuais que desempenham um papel de protagonismo no processo de institucionalização e consolidação da antropologia no país, introduzem, aos poucos, novas categorias de análise para pensar os rumos tomados pelos estudos de mudança cultural.

Naquele contexto, a partir de uma perspectiva voltada para as demais ciências sociais, Darcy Ribeiro, desloca o interesse do interior das culturas indígenas para as relações que se estabeleciam com sociedades em que estão inseridas. Ribeiro destaca a importância da análise das frentes de expansão para a compreensão dos processos de mudança cultural, pois, para ele, estes processos não resultavam apenas na miscigenação ou na aculturação das populações indígenas, mas na sua “transfiguração étnica”. Por “transfiguração étnica” Darcy Ribeiro compreendia:

(...) um processo através do qual as populações tribais confrontam-se com as sociedades nacionais e preenchem as condições necessárias a sua sobrevivência enquanto entidades étnicas, pelas alterações sucessivas de seu substrato ideológico de subculturas e das formas de relações com a sociedades circundante (RIBEIRO, 1970, p. 13).

Nesta formulação, Darcy Ribeiro preocupa-se com o fator da integração no intuito de compreender as condições materiais de sobrevivência das populações indígenas em contato com as frentes de expansão. Para ele, os processos desencadeados deste contato resultariam na integração das populações indígenas a sociedade nacional. Entretanto, o empecilho para que ocorresse a total integração seria o preconceito da sociedade nacional em relação ao indígena.

Esta noção, desenvolvida por Darcy Ribeiro, constitui uma tentativa de superação da teoria da aculturação para interpretação das

transformações socioculturais das populações indígenas do continente americano.

O conceito desenvolvido por Darcy Ribeiro mostra que as reações a teoria da aculturação seriam decorrentes dos interesses e posturas dos/as antropólogos/as frente as sociedades que estudavam. De acordo com Durham (2004), aquele período de formação da antropologia brasileira, caracterizava-se por intensa politização, no qual muitos praticantes da disciplina estavam envolvidos com a busca de soluções para políticas indigenistas em vigor, e eram altamente compromissados com as sociedades que estudavam. O envolvimento com as políticas indigenistas se deve ao acesso a outras instâncias de poder além das acadêmicas, como é o exemplo de Eduardo Galvão, Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira, que atuaram no SPI (Serviço de Proteção ao Índio), antes mesmo de iniciarem efetivamente suas trajetórias acadêmicas (MATTOS, 2003).

O elemento da politização é importante para a compreensão das mudanças nas orientações teóricas na medida em que era motivado, também, pelo desconforto dos/as antropólogo/as brasileiros/as frente as situações de exploração e conflito vivenciados pelas populações indígenas e negras no país. A leitura da realidade empírica através do acesso a diferentes instâncias de poder permitiu a elaboração de novas teorias e a abertura de novos horizontes para Antropologia Brasileira ainda em formação.

Portanto, este cenário que proporcionará o desenvolvimento do conceito que marcará conceitual e institucionalmente a Antropologia Brasileira incluindo no debate das mudanças culturais e sociais a questão dos conflitos oriundos do contato (PEIRANO, 2000). O conceito de fricção interétnica, criado por Roberto Cardoso de Oliveira na década de 1960 representa um marco e um paradigma genuinamente construído a partir das particularidades do campo da antropologia no Brasil. É na construção deste conceito e nos seus usos pelas novas gerações de antropólogos/as que pretendo me concentrar no próximo item.

2.2.4 Roberto Cardoso de Oliveira e a fricção interétnica

O conceito de Fricção Interétnica foi criado por Roberto Cardoso de Oliveira em 1960, um momento crucial da formação da antropologia brasileira, na qual o autor foi um dos principais protagonistas. O seu nascimento é resultado, principalmente, dos questionamentos acerca dos usos da teoria da aculturação no contexto antropológico brasileiro. O

conceito criado por RCO representa uma ruptura radical com a teoria da aculturação.

Segundo Dal Poz (2003), desde as primeiras incursões etnológicas, RCO demonstrava interesse nos processos de interação social entre índios e outros seguimentos da sociedade brasileira, o que mostrava claramente a prioridade do assunto na pauta antropológica e política daquele período. Já em 1957, enquanto RCO realizava um projeto acerca do processo de assimilação dos Terena, ele refutou, em diálogo com seu par Darcy Ribeiro, as teses baseadas na teoria da aculturação que previam a incorporação completa dos indígenas a sociedade brasileira.

Naquele projeto, RCO trabalhava o conceito de assimilação, e compreendia sua utilização através do processo pelo qual “um grupo étnico se incorpora em outro”, perdendo suas particularidades culturais e sua identificação étnica anterior (RCO, 1976a, p.103), acarretando mudanças segundo dois eixos: um cultural (aculturação) e outro sociológico (mobilidade social) (DAL POZ, 2003, p.179). Apesar da utilização desta categoria, que representa uma das primeiras tentativas de afastamento do termo aculturação, ao lado de Eduardo Galvão e Darcy Ribeiro, RCO se mostrava crítico a ela, afirmando que tenderia a considerar os sistemas culturais em si mesmos, perdendo de vista, muitas vezes, a população ou o grupo portador (RCO, 1957, p.104). Para RCO, os mecanismos aculturativos não se mostravam suficientes para a extinção da coesão étnica, dando-se apenas em casos isolados onde ocorriam processos de mobilidade social nas cidades.

Além disso, a pesquisa de RCO, posteriormente, mostraria que persistia, entre os Terena, formas sociais que remetiam a um período anterior à formação das aldeias. Ou seja, o autor percebe uma permanência étnica que contrariava “as previsões” feitas pelas teorias da aculturação. O que se compreende, portanto, é a “deformação” de um conceito, apesar de seu não abandono, para conformá-lo a realidade empírica e a tentativa de superação do mesmo (AMORIM, 2001 p. 43).

Neste sentido, Amorim (2001) afirma que nas produções de RCO não se encontravam conceitos fechados, mas que eles estavam sempre em dialética com a realidade empírica. Este seu modo de fazer antropologia o levou a conexões profundas capazes de interligar a realidade estudada com suas idéias e a de outros/as autores/as em um só processo reflexivo²⁹.

²⁹ Após a leitura de Balandier (1957) acerca do conceito de situação colonial, RCO desenvolve a noção de “colonialismo interno” como categoria de análise

A partir destas articulações, RCO empenhou-se na criação de um esquema analítico que explicasse a permanência dos grupos étnicos apesar do intenso contato com a sociedade nacional. Para ele, era indispensável a compreensão da realidade tribal em relação com a sociedade envolvente. O pioneirismo de RCO se dá pela via da introdução de duas novas categorias: a de “sistema interétnico” e a de “identidade étnica”, que se tornam chaves na construção da sua teoria. O autor cria, portanto, a teoria da fricção interétnica que é atribuída por ele como:

Chamamos de “fricção interétnica” o contato entre grupos tribais e segmentos da sociedade brasileira, caracterizados por seus aspectos competitivos e, no mais das vezes, conflituais, assumindo esse contato muitas vezes proporções “totais” envolvendo toda a conduta tribal e não tribal que passa a ser moldada pela situação de fricção interétnica. Entretanto, essa “situação” pode apresentar as mais variadas configurações (...). Desse modo, de conformidade com a natureza socioeconômica das frentes de expansão da sociedade brasileira, as situações de fricção apresentarão aspectos específicos (RCO, 1962, p. 86).

Na designação que o autor propõe, ele considera a relação de contato como constitutiva de um sistema conflituoso, todavia interdependente. Portanto, o deslocamento de ênfase da interioridade das culturas indígenas para as relações sociais (sistema) e os processos identitários dos grupos é onde se encontra a ruptura radical com o modelo da teoria da aculturação introduzido pelos norte-americanos. De acordo com Amorim (2001), ao procurar distanciar-se da visão culturalista, que dominava a Etnologia Brasileira, RCO prioriza a perspectiva conflituosa do contato, acrescentando a ela uma reconstrução histórica. Já para Peirano (2000) a noção de fricção interétnica, marcou conceitual e institucionalmente a inclusão de pontos de vista e orientações teóricas considerados, na época, propriamente

que se mostra crucial na elaboração do conceito de Fricção Interétnica. Além disso, o conceito desenvolvido por RCO trazia perspectivas marxistas e estruturalistas.

sociológicos a uma temática reconhecida como antropológica (PEIRANO, 2000, p. 220)³⁰.

Sendo assim, a teoria desenvolvida por RCO começou a ser difundida por seus orientandos/as (e demais pesquisadores/as interessados) em 1962, quando o antropólogo desenvolveu e coordenou o projeto “*Estudos de áreas de Fricção Interétnica*”³¹ no Museu Nacional da UFRJ no Rio de Janeiro. Segundo Melatti (1983), o resultado deste projeto foi a criação de um volume que constava os trabalhos de seus orientandos em um dos primeiros cursos de pós-graduação em antropologia social do Brasil, criado por ele. Entre os trabalhos, estava os de Sílvio Coelho dos Santos sobre os Jê em Santa Catarina (*A integração do índio na sociedade nacional 1969 e Índios e Brancos no Sul do Brasil: A dramática experiência dos Xokleng 1973*), e o de Cecília Helm sobre os Kaingang do Paraná.

³⁰ Neste mesmo movimento, Darcy Ribeiro se voltou para as demais ciências sociais na elaboração do conceito de Transfiguração Étnica.

³¹ Este projeto se desenvolvia no Museu Nacional no mesmo período em que o *Havard Central Brazil Project* coordenado por David Maybury Lewis estava em andamento na mesma instituição, tendo apoio de Roberto Cardoso de Oliveira.

3 CAPÍTULO 2 – SÍLVIO COELHO DOS SANTOS E O INÍCIO DE SUA OBRA: TENSÕES, INFLUÊNCIAS TEÓRICAS E EMERGÊNCIA DA ETNOLOGIA INDÍGENA NO SUL DO BRASIL

Este capítulo discorrerá sobre a trajetória intelectual de Sílvio Coelho dos Santos e acerca das produções iniciais de sua trajetória. Meu objetivo central neste capítulo foi analisar as produções desde sua entrada no “*curso de especialização em antropologia social*” em 1962 até sua tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo em 1972. Nestas produções identifiquei a reflexão das tensões teóricas que perpassam o campo da Antropologia Brasileira, naquele período, bem como as características formativas desta antropologia na etnologia de SCS.

3.1 Trajetória de Sílvio Coelho dos Santos – UFSC

Sílvio Coelho dos Santos nasceu em Florianópolis/ Santa Catarina em 7 de julho de 1938, e como já mencionado, graduou-se em História no ano de 1962 na então Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, que mais tarde tornar-se-ia o atual Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC.

No período que cursava a graduação, SCS foi aluno do Professor Oswaldo Rodrigues Cabral (1903-1978), que teve um papel importante no ensino e na pesquisa em antropologia em Santa Catarina. Foi com o professor Cabral que SCS teve seu primeiro contato com a antropologia durante a graduação, ao cursar as disciplinas de Antropologia Cultural, Etnografia Geral e do Brasil ministradas que eram contempladas nos cursos de História da então Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. A Faculdade, contava com os cursos de História e Geografia, que contemplavam as disciplinas de antropologia em seus currículos. No primeiro, curso a ênfase era a antropologia cultural, e no segundo a antropologia física.

As disciplinas de Antropologia Física do curso de Geografia eram lecionadas pelo professor e padre jesuíta Alvinho Bertoldo Braun, que também era professor de História Natural³² do Colégio Catarinense, e Jaldyr Faustino da Silva que era militar (SCS, 2006).

³² É possível perceber que estes atores do campo da antropologia representam o período em que a antropologia e a biologia integravam o mesmo campo de investigação. O que começa a mudar após o início dos processos de

Oswaldo Cabral, apesar de graduado em medicina, não lecionava as disciplinas de Antropologia Física, mas as de Antropologia Cultural e Etnografia Geral e do Brasil. De acordo com SCS (2006), nas disciplinas de antropologia cultural, Cabral apresentava, logo nas primeiras aulas, o tópico que fundamentaria as discussões travadas ao longo do semestre. O professor expunha as definições de cultura, de acordo com os preceitos de Linton, Herskovists, Malinowski e Boas.

Em 1960, ocorreu a criação da Universidade Federal de Santa Catarina, e a incorporação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, sendo assim, os cursos de História e Geografia foram reformulados assumindo novas matrizes curriculares. A partir daí, Cabral, começou a lecionar a recém criada disciplina de Antropologia e Etnografia³³.

Entretanto, no ano de 1962, quando Cabral assumiu a direção da Faculdade de Filosofia, Sílvio Coelho foi convidado para auxiliá-lo nas aulas de antropologia³⁴, enquanto Walter Piazza, professor do curso de História, o auxiliaria nas aulas relativas à etnografia. Segundo o relato de SCS em “*Memória da Antropologia no sul do Brasil*” (2006), a árdua responsabilidade que assumiu ao lecionar antropologia aos alunos e alunas de Cabral o levou a almejar uma especialização. A partir desta experiência, tanto Sílvio Coelho quanto Walter Piazza foram incentivados por Cabral a realizarem especializações em cursos de pós-graduação. Piazza, então, foi à França realizar um curso em pesquisa arqueológica, enquanto SCS permaneceu no Brasil.

Naquele período, Roberto Cardoso de Oliveira acabara de criar o “Curso de Especialização em Antropologia Cultural”³⁵, no Museu Nacional (RJ), que possuía duração de nove meses a um ano. Sílvio

institucionalização da disciplina de antropologia no Brasil, como trabalho no primeiro capítulo.

³³ Para compreender melhor a formação e o processo de institucionalização da antropologia no sul do Brasil ver “*Memória da antropologia no sul do Brasil*” (2006) de Sílvio Coelho dos Santos

³⁴ Uma das gavetas que compõe o arquivo foi destinada para a organização dos programas de ensino das disciplinas lecionadas por Sílvio. Os programas estão separados por pastas, cada pasta, contém o nome de sua respectiva disciplina. Em uma delas, estão os conteúdos da disciplina de Antropologia Cultural ministrada pelo professor Sílvio. Nelas pude encontrar diversos textos clássicos relativos ao método etnográfico, aos estudos de aculturação, bem como bibliografias de autores brasileiros como Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira.

³⁵ Após um ano da criação do curso RCO modifica sua denominação para “Curso de Especialização em Antropologia Social e Sociologia Comparada”.

Coelho ingressou nesse curso, ainda muito jovem, para o qual teve o apoio de Cabral. O curso de especialização foi crucial nos rumos de sua trajetória acadêmica. Durante o curso, SCS teve a oportunidade de acompanhar RCO em sua pesquisa de campo junto aos Ticuna³⁶, no extremo leste do estado do Amazonas, juntamente com Cecília Helm, também aluna do curso e uma das responsáveis pela implantação da antropologia na UFPR, no Paraná.

Foi neste engajamento de pesquisa que ambos foram introduzidos à noção de “fricção interétnica” desenvolvida por RCO. Eles participaram no projeto de “*Estudo de Áreas de Fricção Interétnica no Brasil*” (1962)³⁷, coordenado por RCO, que consistia, dentre seus objetivos gerais, na construção de modelos que facultassem um certo grau de previsibilidade às situações de contato entre índios e frentes de expansão (DAL POZ, 2003, p. 181). Entretanto, SCS só começa utilizar o conceito de fricção interétnica depois da conclusão de sua especialização no Museu Nacional (RJ).

3.2 Da especialização ao doutorado

Conforme discutido no primeiro capítulo, o período entre 1950 e 1960 é marcado por tensões causadas pela importação da teoria da aculturação e as reações a ela no contexto brasileiro, entre as quais a emergência do conceito de “fricção interétnica”. A ocasião da entrada de Sílvio Coelho na produção antropológica (década de 1960) é justamente o momento que representa o auge de criação de novos instrumentos teóricos e institucionais, com os primeiros cursos de especialização em antropologia, protagonizadas por seu orientador Roberto Cardoso de Oliveira no Museu Nacional e por Darcy Ribeiro³⁸ no Museu do Índio.

Assim, em 1963, após cursar as disciplinas referentes ao curso de especialização em antropologia no Museu Nacional e acompanhar RCO

³⁶ Este trabalho resultou na publicação na obra de Roberto Cardoso de Oliveira “O Índio no mundo dos brancos” (1964).

³⁷ Estes estudos foram financiados pelo *Harvard Central Brazil Project* (HCBP) que acontecia no Museu Nacional no mesmo período em que o projeto de RCO estava em andamento. Alguns orientandos de RCO participaram de ambos os projetos.

³⁸ Em meados da década de 50, anterior ao “curso de especialização em antropologia cultural” criado por RCO no Museu Nacional. Darcy Ribeiro criou o “Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural” no Museu do Índio, órgão do então Serviço de Proteção aos Índios, ministrado pelo menos por dois anos.

em seu trabalho de campo com os Ticuna, SCS elaborou como trabalho de conclusão de curso³⁹ o projeto de pesquisa “*Os grupos Jê em Santa Catarina*” (1963)⁴⁰, que serviu de base para as investigações que o conduziram para o seu doutorado, que cursou posteriormente na USP⁴¹.

Neste projeto, SCS propõe a realização de uma série de pesquisas que viabilizem o conhecimento das populações indígenas no estado de Santa Catarina. Para ele, este empreendimento tinha como meta a realização de uma “antropologia aplicada”, que como empregada por SCS, consista na proposta de soluções, através dos aportes teóricos da antropologia e do diálogo com os indígenas para as práticas indigenistas, a fim de contribuir para o bem-estar das populações que estudava.

Nesta direção, afirma que o interesse da antropologia, pelo menos da que emergia no Brasil, não estava mais no que as populações indígenas tem de “exótico”, mas sim, em compreender as realidades dos grupos étnicos em contato com a sociedade nacional de acordo com os instrumentais adequados.

De modo específico, o projeto de pesquisa de SCS tinha como objetivo a análise dos processos de mudanças sociais ocorridas entre as populações Jê meridionais (Xokleng e Kaingang) em contato com a sociedade nacional, além de uma análise comparativa de suas organizações sociais.

Os Xokleng e Kaingang de Santa Catarina, linguisticamente filiados ao grupo Jê, ocupam, principalmente, as regiões norte do Estado, o Alto vale do Itajaí e o oeste do Estado. Apesar dos dois grupos serem próximos geograficamente, SCS, aponta que as situações de contato vivenciadas por esses grupos com as frentes de expansão da sociedade nacional ocorreram de formas distintas. A compreensão de

³⁹ De acordo com Tassinari (2009), a formação em antropologia em alguns centros, naquele período, passa a ser oferecida apenas como “Especialização”. Este é o caso da formação de SCS, que da especialização segue para o doutorado.

⁴⁰ De acordo com SCS, os aportes teóricos utilizados elegidos no projeto são resultantes do ensinamentos e experiências no “Curso de Especialização em Antropologia Social” ministrado por Roberto Cardoso de Oliveira, deste modo, é possível perceber o que compunha os currículos de um dos primeiros cursos de especialização em antropologia do Brasil.

⁴¹ Neste mesmo período, Cecília Helm também elaborou projeto semelhante para estudar os Kaingang no Paraná, de acordo com SCS (1963), os estudos de Helm contribuiriam significativamente para o conhecimento e a compreensão dos problemas dos Kaingang como um todo, inclusive daqueles que habitavam o oeste catarinense.

SCS era de que enquanto os Xokleng, embora resistindo, sofreram um bárbaro processo de extermínio promovido pelas companhias de colonização e pelo governo do estado, os Kaingang, por outro lado, estabeleceram alianças e negociações com as frentes de expansão como estratégia de sobrevivência⁴².

Baseado nos trabalhos de Baldus (1937) sobre os Kaingang e na etnografia de Henry (1941) sobre os Xokleng, SCS, afirma, em seu projeto, que a situação de contato destas populações tribais, verificada através destas literaturas, permitiu orientar a pesquisa tendo em vista os problemas teóricos que preocupavam todos/as aqueles/as que se dedicam as ciências sociais no Brasil. Esta indicação nos mostra os possíveis rumos teóricos que suas pesquisas tomarão.

O projeto de SCS sobre os Jê meridionais está dividido em três partes. Na primeira parte, intitulada “*Introdução e Diretrizes conceituais*”, o autor expõe sua proposta e apresenta as abordagens teóricas que pretende adotar. As demais divisões que compõem o projeto são o *Histórico das populações Jê de Santa Catarina* sendo, este item, subdividido em: povoamento; colonização; reação à conquista e situação atual. O terceiro item refere-se aos *aspectos da cultura tradicional Xokleng e Kaingang*, e o último item descreve os procedimentos e métodos de pesquisa, bem como a bibliografia que será utilizada em sua realização.

Em entrevista concedida aos/as pesquisadores/as do NAVI/UFSC⁴³ em 2006, SCS, afirmou não ter proposto a utilização do conceito de fricção interétnica, naquele momento, por não compreender a noção que seu orientador acabara de propor, elegendo então, os aportes e categorias teóricas em voga na antropologia até aquele período, qual seja, de “aculturação”.

Sendo assim, a primeira abordagem teórica que aparece no projeto de SCS para abordar as situações de contato, é da aculturação. Entretanto, ele, não a aciona de acordo com o “*Memorando para o estudo da aculturação*” de 1936 elaborado pelos antropólogos estadunidenses, mas sim baseado no estudo de Siegel de 1954 intitulado “*Aculturação uma formulação provisória*”. Como já mencionado anteriormente, sua aplicação é resultado dos iniciais desconfortos em

⁴² Para saber mais consultar “Índios e Brancos no Sul do Brasil: A dramática experiência dos Xokleng (1973) e “Índigenismo e expansão capitalista: faces da agonia Kaingang (1979).

⁴³ Núcleo de Antropologia Visual da Universidade Federal de Santa Catarina: entrevista disponível no site <https://www.youtube.com>.

relação a teoria. Embora SCS utilize o conceito, ele faz ressalvas quando destaca a presença das frentes de expansão, que, para ele, eram cruciais na compreensão das relações das populações indígenas, com as frentes de economia pastoril e agrícola nas terras catarinenses.

Para o autor, a identificação da presença de frentes de expansão permitia abordar o problema da aculturação tendo em vista as peculiaridades das “faces” de expansão, especificando o caráter do fenômeno do contato. De acordo com o autor, as frentes de expansão baseadas na economia pastoril e agrícola enxergavam as populações indígenas como empecilho ao desenvolvimento e ao crescimento econômico da região. Neste sentido, ao destacar a presença destes segmentos da sociedade nacional em contato com as populações indígenas, SCS chamou atenção para o elemento da dominação e do conflito, distanciando-se da noção de aculturação “original”⁴⁴, que desconsiderava as relações desiguais de poder existente entre os grupos.

Assim, o segundo conceito que aparece no projeto é o de assimilação proposto por RCO no estudo dos Terena (1960), que, segundo SCS, era baseado nos manuscritos de Darcy Ribeiro “*A assimilação dos Índios no Brasil*”. A aplicação do conceito de assimilação se mostrou como uma tentativa destes autores de compreender e ampliar os estudos de aculturação na medida em que este conceito considerava dois elementos importantes no processo de interação entre a sociedade indígena e a sociedade nacional: a perda de peculiaridade cultural resultado do processo de aculturação e a análise das formas de identificação étnica antes e depois do contato.

Sendo assim, o objetivo de SCS era, através do alargamento do conceito de aculturação verificar o nível de integração⁴⁵ das populações Jê na sociedade regional. Neste sentido SCS salientou:

A integração nos sugere algumas ideias sobre as dinâmicas dos processos de aculturação e assimilação, pois a integração pode ser explicada em termos de acomodação que “conquanto precaríssima, em certos casos aos grupos étnicos” apresenta uma oportunidade de sobrevivência e participação na sociedade nacional, como parcelas

⁴⁴ De acordo com Melatti (1983) a partir dos anos 1960, os estudos de contato interétnico, antes voltados para as modificações culturais, atentam agora mais para o conflito entre interesses regras e valores das sociedades em confronto.

⁴⁵ Tema de reflexão de Darcy Ribeiro.

apenas diferenciadas por suas origens indígenas (SCS, 1963, p. 9).

Deste modo, é possível verificar o acionamento de diversas categorias resultantes das críticas em relação a teoria da aculturação no contexto brasileiro para melhor compreender os processos de mudanças sociais, enfocando em outros aspectos não contemplados, originalmente, pela noção de aculturação, como: integração, frentes de expansão, relações desiguais de poder e assimilação.

De acordo com a classificação proposta por Athias (2007), o projeto de SCS representaria a segunda fase dos estudos de aculturação no Brasil, que consistia na verificação de grupos com “tendências aculturativas” dentro de um contexto histórico cultural específico. Esta fase também representa certa ruptura e um deslocamento em relação a primeira fase caracterizada pelo estudo restrito dos aspectos internos dos grupos a fim de verificar sua acomodação na sociedade nacional; ou seja; de suas perdas culturais.

Portanto, como salienta Amorim (2001) esta fase é marcada pela “deformação” do conceito de aculturação, para a conformação a realidade empírica e a tentativa de superação do mesmo. Assim, é possível perceber, a partir dos conceitos teóricos acionados por SCS, a tentativa de ampliação aos estudos de aculturação, na mesma direção em que Galvão (1957), Darcy Ribeiro (1960) e Roberto Cardoso de Oliveira (1958) empenharam-se antes da ruptura radical com o conceito.

A partir deste marco inicial representado pela elaboração do projeto no curso de especialização, o que será definitivo nos rumos da produção de Sílvio Coelho será sua primeira experiência de campo com os Xokleng, logo em seguida a conclusão do curso, que o levará a introduzir novas categorias de análise para compreender as situações de contato vividas por estes indígenas.

3.2.1 O retorno à UFSC

Após o término do curso de especialização, em fevereiro de 1963, Sílvio Coelho retornou para Florianópolis e voltou a lecionar na disciplina de *Antropologia cultural e Etnologia* do curso de História na UFSC. Este período é marcado pelo empenho de Sílvio Coelho dos Santos e Oswaldo Cabral na criação do Instituto de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina que se efetivou em 1968 (ver), hoje renomeado como Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Cabral (MARQUE).

Além das aulas, neste retorno SCS começa a efetivar as pesquisas propostas em sua monografia, aplicando o conceito de fricção interétnica. Em entrevista concedida a Robert Crepéau em 1992, Sílvio Coelho relatou que quando voltou a Florianópolis, após a realização do curso de especialização, ele e Cecília Helm, no Paraná, elaboraram pesquisas baseadas na teoria da fricção interétnica cuja proposta era resultado do incentivo de RCO.

Foi neste período, também, que parte das pesquisas de antropologia e arqueologia contam com a contribuição de institutos de pesquisa norte-americanos, como é o caso do *Smithsonian Institution* que firma parceria com a UFSC através dos antropólogos Betty Meggers e Clifford Evans. Como fruto dessa parceria, o Instituto proveu recursos as pesquisas que SCS conduziu junto aos indígenas em Santa Catarina. Com o financiamento, foi possível, também, a contratação de uma estagiária para a disciplina de Antropologia, para qual foi designada Maria José Reis, que mais tarde, também, se tornaria professora da UFSC, tendo uma participação importantíssima na consolidação da Antropologia no sul do país.

Um dos primeiros produtos da parceria com o *Smithsonian Institution* foi o estudo realizado de SCS entre os Xokleng nos anos de 1963⁴⁶ e 1966. Dessa pesquisa resultou a publicação do livro “*A integração do índio na sociedade regional: A função dos postos indígenas*” (1969), o qual Sílvio Coelho dedicou à Roberto Cardoso de Oliveira.

Após longos períodos de pesquisa entre os Xokleng⁴⁷, o pesquisador destacou, como a noção de fricção interétnica sustentava, que as frentes de expansão não promoveram a assimilação dos indígenas, mas estes, por sua vez, mantinham suas distintividades e identificações étnicas. Deste modo, salientou:

Falam português em sua quase totalidade com fluência; muitos são alfabetizados; utilizam técnicas e instrumentos de trabalho comuns aos regionais; usam vestuário e alimentação também de modo comum aos sertanejos locais. Entretanto,

⁴⁶ A primeira incursão de SCS no campo se deu em maio de 1963, entretanto a pesquisa só começou a contar com o apoio da *Smithsonian Institution* em 1964 que ofereceu recursos para a realização de parte do projeto, correspondente a publicação “*A integração do Índio na Sociedade Regional*” (1969).

⁴⁷ A proximidade da TI Ibirama, onde estavam localizados os Xokleng, facilitou o deslocamento do pesquisador durante os três anos de pesquisa.

eles continuam a ser índios; eles continuam a ser integrantes de um grupo étnico distinto; eles continuam a ser diferentes (SCS, 1969, p. 9).

A consideração da persistência das identidades étnicas negava, até então, as previsões feitas pelas teorias da aculturação e da assimilação, pois deslocava o foco que se tinha nas perdas culturais, e, logo, o desaparecimento dos grupos étnicos para as relações de interdependência entre os mesmos. De acordo com Robert Crepéau (2008), a concepção de “identidade étnica” nos trabalhos de SCS apresenta uma abordagem dinâmica que permite pensar a singularidade das populações Jê de Santa Catarina dentro de um contexto plural.

Tal proposição segue o entendimento de RCO, no que diz respeito ao reconhecimento de uma relação de interdependência entre os grupos indígenas e a sociedade nacional e vice-versa. De acordo com SCS (1969) tanto os Xokleng quanto os Kaingang, apesar de terem vivenciado diferentes experiências de contato com as frentes de expansão, estavam integrados na economia regional, significando expressiva oferta de mão de obra para a economia regional. Os indígenas, com suas terras reduzidas, necessitavam de trabalho, enquanto os produtores locais careciam de sua força de trabalho.

Esta apreensão é chave na noção de fricção interétnica: a manutenção das identidades étnicas e a interdependência entre os grupos de oposição histórica. Sendo assim, a construção do livro “*A integração do índio na sociedade regional*”, publicado em 1969 representa o primeiro momento em que SCS utiliza o conceito de fricção interétnica que teve contato, pela primeira vez no curso de especialização no Museu Nacional.

Entretanto, neste livro, SCS não abandona completamente os conceitos de aculturação e assimilação. Neste sentido, o antropólogo afirma que tanto os Kaingang quanto os Xokleng ocupam posições distintas no processo de aculturação que estariam sofrendo. Ambos estariam integrados a economia regional. Todavia, entre os Xokleng se verificava a presença de uma maior consciência de sua “condição étnica”⁴⁸, e entre os Kaingang uma maior ruptura nos laços de solidariedade grupal. Neste sentido, SCS explica a utilização dos três conceitos em sua análise:

⁴⁸ Termo utilizado pelo autor.

No correr deste estudo utilizamos algumas noções teóricas ligadas aos fenômenos da mudança cultural. Os conceitos de aculturação e assimilação e a noção fricção interétnica são subjacentes a todo trabalho. O termo aculturação empregamos segundo a formulação de Siegel (1954) “como uma mudança de cultura que se inicia pela conjunção de dois ou mais sistema culturais autônomos (...)”. O termo assimilação é utilizado para indicar “o processo pelo qual um grupo étnico se incorpora noutro, perdendo sua peculiaridade cultural e sua identificação étnica anterior (...)”. A noção de fricção interétnica formulada nos termos propostos por Roberto Cardoso de Oliveira (1964), será utilizada para indicar “que a sociedade tribal matém com a sociedade envolvente (nacional ou colonial) relações de oposição histórica e estruturalmente demonstráveis”. Por isso mesmo segundo esse autor a fricção interétnica é a característica básica da situação de contato (SCS, 1969, p.14).

A partir desta explanação fica claro que o autor transita entre os conceitos na tentativa de compreender melhor os processos de mudança e o caráter das relações estabelecidas entre os indígenas e a sociedade nacional. O conceito de fricção interétnica, neste caso, foi utilizado por SCS apenas para compreender as relações interdependentes e conflituosas de oposição histórica que compõe o contato, entretanto para a análise da identidade o autor prioriza as abordagens ligadas a assimilação, reconhecendo, contudo a pertinência da identidade étnica⁴⁹.

⁴⁹ Neste sentido SCS estabelece, em seu livro, um diálogo com o catarinense Egon Shaden para demonstrar que, mesmo os estudo de aculturação já começavam a reconhecer a permanência da identidade étnica. “Schaden, por exemplo, afirma: “o que, porém, o estudo de aculturação vem revelando com evidência cada vez maior é que a concomitante reorientação do sistema cultural não se manifesta, quer no plano das relações interétnicas, quer na consciências do aborígene, como assimilação propriamente dita, e isso a ponto de se tornar duvidosa a possibilidade de uma assimilação realmente efetiva”. E, prossegue o autor, “se o avanço aculturativo não se acompanha de um número crescente de uniões mistas entre índios e caboclos, que levem a tribo a transformar-se numa população mestiça, são (...) muito fracas as expectativas de verdadeira assimilação. Roberto Cardoso de Oliveira (1957) estudando os Terena do sul do Mato Grosso oferece indicadores que revelam “como uma população aborígene

Verifica-se assim, uma quebra importante com a idéia de “tendências aculturativas” em relação ao destino das populações Jê, uma vez que se passa a reconhecer a pertinência da identidade étnica apesar do intenso contato. Considero, portanto, esta produção de SCS como um momento de transição entre a segunda fase dos estudos de aculturação no Brasil (ATHIAS, 2007) e a aplicação sistemática do conceito de fricção interétnica.

Assim, os ensinamentos do curso de especialização, a participação no projeto elaborado por RCO “*Estudo de Áreas de Fricção Interétnica*” e o trabalho de campo junto aos Jê de Santa Catarina proporcionaram a reorientação do arcabouço teórico utilizado por SCS nos primeiros momentos de suas pesquisas. Estes encontros se mostram cruciais para compreender os caminhos trilhados pelo antropólogo em sua tese de doutorado.

3.2.2 O doutorado

No ano de 1969 Sílvio Coelho ingressa no doutorado na Universidade de São Paulo (USP) sob a orientação de seu conterrâneo Egon Shaden. Entretanto, com a aposentadoria de seu orientador, logo em seguida, João Batista Borges Pereira passa a orientá-lo.

A tese de SCS, intitulada “*Índios e Brancos no sul do Brasil: A dramática experiência dos Xokleng*” que foi defendida em 1972, e publicada em forma de livro no ano seguinte, traz uma análise das relações estabelecidas entre os Xokleng e a sociedade regional a partir de uma perspectiva histórica e etnográfica que é resultado do longo trabalho de campo realizado por Sílvio Coelho entre os Xokleng. Este livro, segundo Crepéau (2009), representa sua produção de maior fôlego e uma contribuição de primeira ordem nos estudos do contato no Brasil, marcada pela utilização da teoria da fricção interétnica que teve um importante papel heurístico na produção etnológica do autor⁵⁰.

pode atingir os mais altos níveis do processo aculturativo, sem que seus membros percam sua identidade étnica, conservando-se índios,-muitas vezes e paradoxalmente-, para sobreviver” (SCS, 1969, p. 15).

⁵⁰ Nesta tese SCS destaca que antes, mesmo sendo catarinense, desconhecia a existência das populações indígenas no sul do Brasil durante o tempo que cursou a graduação. Assim afirma: “Sabíamos, por estórias e casos narrados por saudosos membros da família, que os índios haviam vividos aqui”. (...) Talvez a razão do desconhecimento fosse a falta de informação bibliográfica, que em particular nos livros didáticos ainda continua em dias do presente a apresentar o

Nela, com base na noção de “fricção interétnica”, o autor salienta o caráter hostil das relações de conflito e de dominação, através de um olhar relativista dos ataques indígenas aos colonos (WITMANN, 2002, p. 14). Ao destacar a política de extermínio praticada pelas frentes de colonização e, posteriormente, pelas políticas do governo do estado de Santa Catarina⁵¹, SCS traz outra perspectiva que visibiliza a história das populações Jê meridionais, denunciando a situação de extermínio enfrentada por elas, bem como as suas estratégias de sobrevivência. A perspectiva histórica adotada por ele contribui para o maior entendimento destas relações na medida em que perpassa as relações de conflito com os colonizadores europeus, passando pela pacificação até as relações de contato a partir daí.

Em sua tese, o antropólogo procurou mostrar claramente a oposição entre interesses das populações indígenas e da sociedade regional, que geravam intensos conflitos, salientando, contudo, por paradoxal que possa parecer que os indígenas não tinham condições de sobrevivência, - na década de 1960-, sem vinculações com sociedade regional.

Sendo assim, a abordagem fundamental do trabalho é a da fricção interétnica, que contempla as relações de oposição histórica entre os grupos em conflito, e, ao mesmo tempo, as de interdependência. Neste caso, as relações de interdependência entre grupos étnicos e culturais distintos constituem, o que RCO chamou de sistema interétnico. A adoção desta abordagem ampliou as possibilidades de explicar as situações de contato vivenciadas pelos indígenas, naquele período, na medida em que compreendia as interrelações entre grupos culturais distintos, os seus conflitos e relações de poder, assim como da manutenção das identidades étnicas⁵². Nesse sentido SCS conclui ao término de sua tese que:

indígena como um personagem histórico, e, portanto, desaparecido (SCS, 1973, p.16).

⁵¹ O acervo de SCS contém inúmeras notícias de jornais e revistas coletados neste período (1960) que retratam o indígena como um personagem folclórico conhecido por sua selvageria e “primitividade”, sendo o principal obstáculo a colonização e ao desenvolvimento econômico da região.

⁵² Além desta obra que destaca a persistência da identidade étnica Xokleng, em 1979, SCS publicou “*Indigenismo e expansão capitalista: Faces da agonia Kaingang*” que ressalta, também, a persistência da identidade Kaingang frente ao violento processo de dominação e espoliação.

Os Xokleng continuarão a existir identificados a uma minoria étnica no estado de Santa Catarina. Os processos de mudança cultural que estão a viver, em especial os indígenas aldeados, continuará a manter suas características particulares, de acordo com as variáveis enfatizadas nesse ou naquele momento histórico. Mas os índios continuarão índios, pois nada no processo de mudança indica a assimilação desse grupo tribal (SCS, 1973, p. 292).

A tese de Sílvio Coelho representa um marco inicial para a Etnologia Indígena no Sul, pois, como já mencionado, até então, não se tinha um campo de estudos desta temática no sul no Brasil. O outro aspecto crucial deste estudo consiste na visibilização das populações indígenas da região mostrando, ao contrário do que apontava a etnografia de Jules Henry (1941), que estes grupos não estavam em colapso, ou em vias de inexorável desaparecimento, mas seus arranjos organizatórios, de acordo com o contexto vivenciado por eles, é o que lhes permitiu a sobrevivência. (SCS, 1973, p. 219). Neste sentido, a perspectiva da fricção interétnica naquele momento permitiu assinalar um destino diferente daquele apontado pela teoria da aculturação: a continuidade das populações indígenas no sul do Brasil.

A partir dessa obra, SCS passa a criar uma tradição de estudos em Santa Catarina exercendo um papel de protagonismo nos processos de institucionalização da antropologia no sul, pois no período posterior a defesa de sua tese de doutorado, SCS retorna a UFSC, após a reforma universitária, e assume a direção do antigo Instituto de Antropologia, naquele momento, renomeado de Museu de Antropologia⁵³ fixando-se na instituição até o fim de sua carreira. Este fator foi importante na medida em que permitiu a divulgação sistemática das produções e das atividades de pesquisa realizadas na UFSC, bem como uma maior conexão com outros/as pesquisadores/as e outras universidades, tanto do Brasil, quanto do exterior⁵⁴.

⁵³ Naquele momento o quadro de professores de antropologia da UFSC era composto por Sílvio Coelho, Maria José Reis, Anamaria Beck, Luiz Halfpap, Gersa Duarte, Margarida Davina Andreatta e Alroíno Baltazar Eble.

⁵⁴ É importante salientar, também, neste período, os intensos diálogos e cooperações do Museu de Antropologia com o Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná e com a Divisão de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do

Langdon e Wiik (2009), em estudo sobre os Xokleng, destacam que os esforços de SCS permitiram o reconhecimento da UFSC como um centro de pesquisa sobre relações interétnicas, impactos de projetos de desenvolvimento, educação e outros tópicos que tratam dos indígenas de Santa Catarina, particularmente dos Xokleng, salientando que devido a este pesquisador o Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina possui uma longa trajetória de pesquisas e compromisso com os grupos indígenas do sul perdurando até os dias atuais.

3.3 A antropologia “at home” e o engajamento político de SCS com as populações indígenas

Quando se trata de pesquisas realizadas no Brasil sobre os indígenas, não se pode deixar de considerar a importância que nesses estudos tem tomado os aspectos práticos. A maioria dos estudiosos sempre se preocupou com a solução de problemas que permitissem ao grupo estudado melhores condições de sobrevivência e de relacionamento com a sociedade envolvente (SCS, 1973, p. 25).

Este trecho, retirado da tese de doutorado de SCS, reflete uma das principais características das pesquisas realizadas no Brasil nas décadas de 1950 e 1960: O compromisso ético e político dos/as antropólogo/as brasileiros/as com as populações que se interessavam academicamente.

De acordo com RCO (1998), os processos de deslocamento da disciplina dos grandes centros de produção antropológica para a periferia⁵⁵ possibilitaram além da desconstrução e crítica ao exotismo presente nas antropologias centrais, também uma modificação no papel do profissional de antropologia, o qual não estava mais restrito ao/a cientista, mas envolvia também ao/a cidadão/ã crítico/a ao processo de

Sul que mais tarde levará SCS a promover o Primeiro Encontro de Professores de Antropologia do Sul que possibilitou a discussão das pesquisas em andamento no sul do país. De acordo com SCS (2006) este encontro resultou em um forte compromisso assumido pelos participantes para com o destino das populações indígenas; com a preservação dos sítios arqueológicos; e com a implantação de um programa de pós-graduação para atender estudantes da região sul.

⁵⁵ Sobre antropologias centrais e periféricas ver RCO (1998) capítulo 6.

dominação e extermínio dos grupos étnicos de seu país. Neste sentido, o duplo papel de pesquisador e político que o/a antropólogo/a brasileiro/a passou a desempenhar, fez com que o exercício da profissão tivesse um valor agregado.

Ramos (2000), também destaca que o/a profissional de antropologia latino americano/a possui tanto deveres acadêmicos quanto responsabilidade social, o que marca sua diferença frente ao dilema posto entre pesquisadores estrangeiros em geral: militar em favor dos grupos que estudara ou permanecer realizando apenas a pesquisa acadêmica.

Nesta direção, a prática da profissão para muitos/as antropólogos/as latino americanos/as, passa a envolver o seu engajamento político, o que se reflete e evidencia nas produções teóricas. Todavia, Cardoso de Oliveira (1998) adverte que tal engajamento não significa uma banalização da disciplina e nem a falta de comprometimento ao rigor do trabalho acadêmico, ao contrário do que se acreditava nos grandes centros de produção antropológica.

3.3.1 O engajamento político e os deslocamentos conceituais

Ao percorrer as produções iniciais de SCS, desde a elaboração do projeto de pesquisa “*Os grupos Jê em Santa Catarina*” de 1963 até a sua tese de doutorado em 1972, foi possível identificar o engajamento político do autor. O posicionamento ético e político, a motivação e o compromisso das investigações de SCS eram explicitados já no início de seus textos e apareciam em todo o trabalho. Um exemplo se encontra na introdução de sua tese, na qual informa: “Esta pesquisa pretende oferecer dados concretos para o surgimento de medidas em favor dos integrantes do grupo indígena e também fundamentar o estabelecimento de um indigenismo mais eficaz e atuante” (SCS, 1973, p.11).

Com tais propósitos, SCS denunciou em “*A integração do Índio na sociedade regional*” (1969)⁵⁶ e em sua tese “*Índios e Brancos no sul do Brasil*” (1972), os processos de dominação e extermínio vivenciados pelos Xokleng. Neste sentido, coloca-se também como um dos aspectos geradores das tensões teóricas, pois as teorias da aculturação não

⁵⁶ Este livro foi apreendido pelo polícia federal no ano seguinte de sua publicação por apresentar dados que denunciavam as práticas indigenistas nos postos indígenas. É importante lembrar que este período é marcado pela ditadura militar no país.

olhavam as situações de dominação e conflito, como visto anteriormente.

Além disso, SCS destacou que as políticas indigenistas, então vigentes, ao utilizarem a noção de aculturação, não reconheciam a manutenção da diferença ignorando a emergência dos novos aportes teóricos da antropologia brasileira. Nesse sentido SCS salienta:

Verifica-se assim que a política indigenista oficial não está aproveitando os resultados das várias pesquisas levadas a efeito pelos estudiosos da Etnologia brasileira. Muito menos tem aproveitado esses especialistas para a solução de problemas específicos. A própria diversidade com que os indígenas se apresentam perante a sociedade nacional parece não estar sendo devidamente considerada (SCS, 1969, p. 12).

Assim, a noção de fricção interétnica trabalhada por Sílvio Coelho dos Santos, além de visibilizar as populações indígenas através da pertinência de sua identidade étnica, pretendia romper com a noção de aculturação presente, também, nas políticas e práticas indigenistas. A idéia de que a aculturação era um processo “natural”, no qual um grupo cultural “mais fraco” em contato com uma sociedade “mais forte” perderia suas características culturais e identitárias representava, ainda, um imaginário evolucionista que apenas contribuía para os ideais expansionistas e para a invisibilização das situações de dominação e conflito.

Deste modo, as tensões teóricas trabalhadas aqui, não se dissociam da postura dos/as antropólogos/as em relação as populações estudadas, mas constituem um processo dialético. A preocupação constante em manter um diálogo com as políticas indigenistas evidenciavam um movimento em direção da legitimidade dos estudos relativos a uma antropologia aplicada, que não se restringia aos aspectos interiores da sociedade, mas a enxergava como uma totalidade.

Este fazer antropológico é caracterizado pelo duplo lugar ocupado pelo antropólogo/a do qual falava Cardoso de Oliveira (1998). As preocupações com os processos desencadeados no contato dos grupos indígenas com a sociedade nacional levavam a transformação dos arcabouços teóricos importados para o contexto brasileiro. Deste modo, a preocupação ética e política para com os grupos estudados é um

dos fatores que motiva e dá movimento aos conceitos da antropologia brasileira.

É este caminho que trilha a produção de SCS ligada a Etnologia Indígena, sempre atenta aos problemas das políticas indigenistas regionais em vigor e a tentativa de soluções para os mesmos através dos aportes teóricos desenvolvidos pela antropologia brasileira. É por este fazer antropológico *sui generis* (RAMOS, 2000) que SCS passa a ser reconhecido nacional e internacionalmente.

3.3.2 O comprometimento da produção etnológica de SCS

O professor Sílvio Coelho dos Santos é uma figura chave da Antropologia Brasileira. E a sua contribuição aos estudos dos povos Jê, do sul do Brasil, é que pretendo sublinhar aqui. Até recentemente uma boa parte do conhecimento etnológico produzido sobre os Jê do sul era diretamente ligada aos esforços de Sílvio Coelho dos Santos que publicou vários livros e artigos, já clássicos sobre o tema. A implicação e a sua dedicação com a pesquisa etnológica realizada em Santa Catarina sobre os Xokleng e os Kaingang são exemplares de uma antropologia comprometida, atenta as dinâmicas local regional e nacional tão importantes para o conhecimento da realidade dos povos indígenas do Brasil (CRÉPEAU, 2009, p. 261).

Este trecho foi retirado de um artigo escrito por Robert R. Crépeau⁵⁷ publicado na Revista Ilha⁵⁸ no ano 2009 no qual o pesquisador destaca o pioneirismo e o diferencial da produção etnológica de Sílvio Coelho. O diferencial de sua produção, do qual fala Crépeau (2009), estaria ligado ao comprometimento e a atenção para as relações estabelecidas entre as populações indígenas e a sociedade nacional.

⁵⁷ Professor e Pesquisador do Departamento de Antropologia da Universidade de Montreal, Canadá.

⁵⁸ Revista do PPGAS- Programa de Pós-graduação de Antropologia Social da UFSC. Edição Especial em Homenagem a Sílvio Coelho dos Santos Editoras deste volume: Professora Doutora Esther Jean Langdon e Professora Ilka Boaventura Leite.

Esse comprometimento leva Georg Grünberg⁵⁹, em 1971, a convidar SCS para integrar, juntamente com Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira, o grupo de antropólogos/as latinos/as americanos para o *Simpósio sobre Fricção Interétnica na América do Sul*⁶⁰, mais conhecido como primeira *Reunião de Barbados* que foi patrocinada pela Universidade de Berna na Suíça e pelo Conselho Mundial de Igrejas. SCS (2006) atribuiu este convite à intensa circulação de sua publicação “*A Integração do Índio na sociedade regional: a função dos postos indígenas em Santa Catarina*”, no exterior, pois o livro trazia severas críticas à atuação dos postos indígenas em Santa Catarina e chamava atenção para a falta de diálogo entre as pesquisas antropológicas e estas instâncias.

Assim, a *Reunião de Barbados* da qual SCS participou, ocorreu na Ilha de Barbados em janeiro de 1971. Ao término da reunião o grupo de antropólogos elaborou um documento, intitulado declaração de Barbados⁶¹ que objetivava contribuir para o esclarecimento dos problemas enfrentados pelas populações indígenas nos países da América Latina, bem como para a luta de libertação destas populações. Esta declaração foi elaborada com base na análise de diversos relatórios apresentados sobre a situação que se encontrava as populações indígenas dos vários países do continente latino-americano.

De acordo com Miguel Bartolomé, em entrevista que me concedeu no NEPI em 2014, a reunião discutiu, principalmente, as situações oriundas das relações interétnicas na América do Sul e a motivação para a sua realização era a crítica que os antropólogos, integrantes do grupo, faziam a negligência das produções antropológicas a situação crítica vivenciada pelas populações indígenas sul-americanas. A declaração de Barbados convocou os/as antropólogos/as a exercerem suas responsabilidades em relações as minorias étnicas, tecendo críticas

⁵⁹ Foi professor e pesquisador da Universidade de Berna na Suíça. Realizou pesquisa entre os Kaiabi do Brasil Central ao longo de sua carreira acadêmica.

⁶⁰ Este era o nome oficial do encontro que, mais tarde, veio a ser conhecido por reunião de Barbados.

⁶¹ Apesar de contribuírem na elaboração da declaração de Barbados, dentre os pesquisadores brasileiros participantes, apenas Darcy Ribeiro pôde assinar, pois se encontrava exilado no Chile, já SCS não assinou por questão de segurança, devido ao regime militar ditatorial que imperava no Brasil e a recém apreensão de sua publicação “*A integração do Índio na sociedade regional*” em 1970 pela polícia federal que foi liberada tempos depois graças a David Ferreira Lima, na época reitor da UFSC.

as políticas governamentais e aos papéis assumidos pela Igreja em relação a dominação colonial dos índios.

Neste sentido, SCS (2006) salientou que a experiência de participar desta reunião o permitiu ampliar seu comprometimento e de outros/as colegas brasileiros/as com as minorias étnicas no país, que estavam sendo altamente prejudicadas pelos projetos desenvolvimentistas impostos pelos governos militares⁶².

Desta forma, este encontro gerou impactos significativos nas produções antropológicas latino-americanas posteriores. Segundo o depoimento de Amélia Dickie (2009) professora aposentada da UFSC e ex-estagiária de Sílvio Coelho no Museu de Antropologia⁶³, os anos que sucederam o evento foram marcados pela preocupação com um fazer antropológico atento aos problemas sociais e as minorias étnicas, uma antropologia claramente posicionada. A marca de Barbados, como chamou a professora, foi aquela que SCS deixou a seus alunos e alunas na UFSC, o compromisso ético e político para com as populações estudadas. De acordo com Miriam Grossi (2009) atual professora do Departamento de Antropologia Social da UFSC e ex-aluna de Sílvio Coelho, o professor havia despertado em seus alunos/as não apenas o desejo de “conhecer o outro”, mas, sobretudo, o desejo de “engajar-se pelo outro”, o que refletia a marca da antropologia latino-americana deste período.

Identifica-se, portanto, que o fazer antropológico de SCS, estava em um constante diálogo com uma antropologia politizada emergente na América Latina, o que ultrapassava suas produções deixando marcas dentro na instituição a qual dedicou sua trajetória. Corrêa (1987), neste sentido, chama atenção para o fato de que é impossível pensar a respeito da antropologia feita no Brasil sem considerar a antropologia produzida na América Latina como um todo. Para ela, são vínculos estabelecidos entre os atores do campo de produção de saberes antropológicos produzido na América Latina que permitem a conexão de políticas interacionais e de agências de financiamento de pesquisas- nacionais e

⁶² É esta percepção que o leva a iniciar pesquisas acerca dos impactos socioambientais da construção de barragens em populações locais, sendo pioneiro, também, nestes estudos. A condução destas pesquisas contaram com o empenho de Anelise Neckel, Neusa Bloemer e Maria José Reis e representa o segundo grande eixo da produção de SCS.

⁶³ Após a reforma universitária em 1970 o Instituto de Antropologia idealizado e executado por Oswaldo Cabral e Sílvio Coelho passa a ser denominado de Museu de Antropologia e ficou sob a direção de SCS.

estrangeiras - para o desenvolvimento de uma fazer antropológico *sui generis*.

Segundo Crepéau (2009), o estudo dos Jê do sul inaugurado por SCS é uma chave importante para compreender a formação desse fazer antropológico que é caracterizado por uma maior atuação dentro da academia e dos setores da sociedade regional, pois através deste olhar, atento aos problemas vivenciados pelos grupos étnicos do sul, é que SCS se volta para os demais eixos de pesquisa⁶⁴ que desenvolveu durante seus 40 anos de trajetória dentro na UFSC, se tornando pioneiro em todos eles.

No Brasil, a intensa aproximação dessa (nova) antropologia⁶⁵ em institucionalização com o projeto hegemônico da sociologia promoveu a ampliação da produção de saberes considerados restritamente antropológicos para abordagens voltadas ao diálogo com a sociologia, além de veicular a antropologia o mesmo desafio das demais ciências sociais nas décadas de 1960 e 1970: “analisar, compreender e transformar a sociedade brasileira” (PEIRANO, 2000, p. 221). Assim, é possível afirmar que a obra de Sílvio Coelho reflete o momento da formação da antropologia brasileira marcado por uma aproximação da antropologia com o campo de investigação das demais ciências sociais, altamente críticas e politizadas.

Este fator agregado a desconstrução do exotismo no contexto brasileiro proporcionado pelo “contato com a alteridade” permitiu a abertura de novos campos de investigação a partir de abordagens interdisciplinares. Neste sentido, o contexto histórico da disciplina e as condições sociais de sua formação, a qual SCS se insere, o permitiu protagonizar a emergência da Etnologia Indígena no sul do Brasil realizando uma antropologia “duplamente *at home*”, atenta não somente as dinâmicas nacionais, mas também as especificidades regionais de seu próprio estado.

⁶⁴ Menciono os quatro principais eixos de pesquisa que SCS desenvolveu na introdução deste trabalho.

⁶⁵ É importante lembrar que a caracterização desta “nova antropologia” não significa a exclusão de outras abordagens ditas “clássicas”, ou seja, não se trata de uma revolução científica nos termos de Kuhn. Mas sim, de um englobamento e não de uma ruptura.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de uma etnologia caracterizada não mais pelo seu objeto, mas pelo seu método, permitiu a abertura de novos campos de investigação outrora desconhecidos por uma etnologia caracterizada por seu objeto longínquo. A desconstrução do exotismo pelos antropólogos/as brasileiros/as caracteriza o que Peirano (2006) chama de contato com a alteridade. Para ela, a alteridade deslocou-se territorial e ideologicamente, nos últimos 30 anos em um processo dominado pela incorporação de novas temáticas e ampliação do universo pesquisado.

Este contato com a alteridade permitiu a criação de um “*ethos*” da antropologia brasileira que é composto, a níveis teóricos, por seu foco privilegiado nas relações interétnicas e no contexto histórico associado a uma atitude política comprometida em defesa dos direitos das populações estudadas (RAMOS, 2000). Assim, minha análise se baseou em dois principais eixos constitutivos da formação deste “*ethos*” e que são latentes na produção inicial de SCS: o deslocamento de conceitos e o engajamento político em relação as populações estudadas. Neste sentido, ao término deste Trabalho de Conclusão de Curso, compreendo que, além dos aspectos institucionais, estes dois eixos, são os principais responsáveis pela emergência dos estudos de Etnologia no sul do país.

SCS, como ator do campo da antropologia brasileira (BOURDIEU, 1984) reflete em suas produções, as tensões teóricas do campo e ao posicionar-se em relação às populações que estudou, estabeleceu um intenso diálogo com seus pares, mostrando em seu fazer antropológico, um olhar pautado pelas preocupações e pelos diálogos que permeavam o campo da antropologia brasileira naquele período formativo.

Entretanto, a inovação de SCS ao criar um campo de estudos no sul do Brasil é a prática não somente de uma antropologia “*at home*” a níveis nacionais, mas também, a níveis regionais. O contato com a alteridade apontado por Peirano (2006) é acentuado no caso do pesquisador, que completa seus estudos em seu país, se fixa, estabelecendo um importante papel institucional- e realiza suas pesquisas em sua região de origem. Por mais “em casa” que possa parecer, a produção de SCS ultrapassou as fronteiras nacionais e deu visibilidade aos indígenas do sul e reconhecimento a antropologia praticada na região através do caráter inovador de suas pesquisas, seu papel institucional e das relações que estabeleceu a partir daí.

Sendo assim, o ideal de exotismo apontado e criticado pela antropologia brasileira (PEIRANO, 2000; RAMOS, 2000; RCO, 1998;

RIBEIRO, 1960) e por autores/as do exterior, após a década de 1970 (GEERTZ, 1995), é ausente e, também, criticado na obra SCS. Os grupos Jê meridionais, por estarem em intenso contato com a sociedade nacional não representavam o “tipo ideal” (WEBER, 1999) exótico procurado por pesquisadores estrangeiros, descaracterizando estas populações como “objeto de estudo” dessa antropologia. Talvez seja essa uma das possibilidades para se pensar na sua invisibilização ao longo da década 1950 e 1960.

Apesar de chegar a tais conclusões acerca dos processos que desencadearam a emergência da Etnologia Indígena no sul do Brasil, penso que este trabalho está longe de chegar ao fim. Através da realização desta pesquisa, pude perceber as várias possibilidades suscitadas a partir da trajetória de um pesquisador como SCS e sua obra.

Desse modo, almejo não encerrar minha pesquisa por aqui, mas prosseguir em estudos mais aprofundados acerca do campo da Antropologia Brasileira, e mais especificamente do sul do país, o qual tenho grande interesse. Espero que este trabalho possa contribuir para futuras reflexões acerca da antropologia desenvolvida em Santa Catarina e na região sul como um todo, bem como para o conhecimento da trajetória e da obra de Sílvio Coelho que teve um papel de protagonismo na história da disciplina.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Maria Stella. **Roberto Cardoso de Oliveira: um artífice da antropologia**. Brasília: Paralelo 15 Editores, 2001.

ATHIAS, R. **A noção de identidade étnica na antropologia brasileira: de Roquette Pinto a Roberto Cardoso de Oliveira**. Editora Universitária UFPE, 2007.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1970.

BALDUS, Hebert. **Ensaio de Etnologia Brasileira**. São Paulo: Editora brasileira, 1937.

BOURDIEU, Pierre. **Homo Academicus**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Tradução de Denice Barbaba Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. Algumas propriedades do campo. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

CORRÊA, Mariza. Traficantes do simbólico. In: **História da Antropologia no Brasil (1930-1960) Depoimentos**. São Paulo/Campinas: Vértice/Ed. Unicamp, 1987.

CUCHE, Denys. **A Noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2004.

CUNHA, Olivia. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. In: **Revista Estudos Históricos**. vol. 2, num.36. Rio de Janeiro, 2005.

_____. Tempo imperfeito: etnografia do arquivo. In: **Mana**. vol. 10. num. 2. Rio de Janeiro, 2004. p. 287-322.

DAL POZ, J. A etnia como sistema: contato, fricção e identidade no Brasil indígena. In: **Sociedade Cultural**. vol. 6, num. 2, 2003. p. 177-188.

DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. Tradução Cultural na Antropologia dos anos 1930-1950: as expedições de Claude-Lévi-Strauss e de Charles Wagley à Amazônia. In: **Boletim do Museu Emilio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 3, n. 1. Belém, 2008. p. 31-49.

DURHAM, Eunice. **A Dinâmica da Cultura – Ensaio de Antropologia**. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2004.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Trad. António F. Cascais e Eduardo Cordeiro. 6. ed. Lisboa: Nova Vega, 2006.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá**. Baixo Amazonas, São Paulo, Nacional (Coleção Brasileira), 1955.

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: UFRJ, Cap. 1 e 2, 1995.

GROSSI, Miriam Pillar. **Sílvio se foi, e agora?** Vibrant. v. 6.1, Florianópolis, 2009. p. 9-20.

HENRY, Jules. **Jungle People: a Kaingáng Tribe of the Highlands of Brazil**. New York, Vintage Books, 1964.

HERSKOVITS, Melville. **Acculturation: The Study of Cultural Contact**. New York, J. J. Augustin Publisher, 1938.

HEYMANN, Luciana. Arquivos e interdisciplinaridade: algumas reflexões. In: **Seminário CPDOC 35 anos: A interdisciplinaridade nos estudos históricos**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <cpdoc.fgv.br>.

_____. Os Fazimentos do arquivo Darcy Ribeiro. **Estudos Históricos**. n. 36. Rio de Janeiro, julho-dezembro de 2005. p. 43-58.

HISCHEBEG, Irena; TRECH, Soreh. **Aculturação: uma formulação provisória**. Tradução de Irena Hischebeg; Soreh Trech (sl. sn.), 1954.

ILHA, R. Antr., **Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC**. Florianópolis/SC. Brasil. ISSNe 2175-8034, 2009.

KUPER, Adam. **Cultura, a visão dos antropólogos**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

LEAL, João. The past is a foreign country? Acculturation theory and the anthropology of globalization. In: **Etnográfica**. vol. 15, Lisboa/Portugal, 2011. p. 313-336.

MELATTI, Julio Cezar. A antropologia no Brasil: Um roteiro. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. n. 17, Rio de Janeiro, 1983.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O Nosso Governo: Os Ticuna e O Regime Tutelar**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1988.

OLIVEIRA, R. Cardoso de. **O Índio no Mundo dos Brancos: a Situação dos Tukúna do Alto Solimões**. Difusão Européia do Livro. Coleção Corpo e Alma do Brasil. São Paulo, 1964. p. 143.

_____. **O Processo de Assimilação dos Terêna**. Edição Museu Nacional. Série Livros I. Rio de Janeiro, 1960. p. 160.

_____. **O Trabalho do Antropólogo**. Brasília: Paralelo 15 Editora, 1998. p. 220.

PEIRANO, Mariza. A favor da etnografia. **Anuário Antropológico**. v. 92, 1994. p. 197-223.

_____. A guide of the anthropology in Brazil. In: **Companion to Latin American Anthropology**. Deborah A. Poole (ed.), Blackwell, 2005.

_____. A antropologia como ciência social no Brasil. **Etnográfica**. vol. 4. n. 2. Lisboa/Portugal, 2000. p. 219-232.

_____. **Teoria vivida e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2006.

_____. **Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992.

RAMOS, Alcida Rita. Ethnology Brazilianstyle. In: **Cultural Anthropology**. v. 5, n. 4, 2000. p. 452-457.

_____. Revisitando a etnologia à brasileira. In: C. B. Martins; L. F. D. Duarte (Orgs.). **Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia**. São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 25-49.

REDFIELD, Robert; LINTON, Ralfh; HERSKOVITS, Melville J. Memorando para o estudo da aculturação. In: **Social Science Research**. Tradução: Oscar Calavia Saez. EUA, 1936.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **O Processo Civilizatório: etapas da evolução sociocultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975a.

SANTOS, Silvio Coelho dos. A Integração do Índio na sociedade regional: A função dos postos indígenas em Santa Catarina. In: **Anais do Museu de Antropologia da UFSC**, 1969.

_____. **Indigenismo e expansão capitalista: Faces da agonia Kaingang**. Florianópolis, UFSC, 1979.

_____. **Índios e Brancos no Sul do Brasil: A dramática experiência dos Xokleng**. Porto Alegre: Movimento, 1973.

_____. **Memória da antropologia no sul do Brasil**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

_____. Os Grupos Jê em Santa Catarina. **Projeto de pesquisa**. Florianópolis, 1963.

SHADEN, Egon. Aculturação indígena: ensaio sobre fatores e tendências da mudança cultural de tribos índias em contato com o mundo dos brancos. **Revista de Antropologia**. 2. ed. vol. 13, São Paulo: Pioneira e EDUSP, 1969. p. 3-317.

_____. A Etnologia no Brasil. In: **História das Ciências do Brasil**. vol. 2. São Paulo, EPU/EDUSP, 1980.

URBAN, Greg. A model of Shokleng social reality. **Tese de doutorado.** Universidade de Chicago, 1978.

WEBER, Max. Conceitos sociológicos fundamentais. In: **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 1. Brasília: Editora da UnB. São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

WITTMANN, Luisa Tombini. **O vapor e o botoque:** imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.